

Capítulo 4

Travessias do Atlântico

Materialidade, movimentos contemporâneos e políticas de pertença

Marta Vilar Rosales e Vânia Pereira Machado

Resumo O projeto *Travessias do Atlântico: materialidade, movimentos contemporâneos e políticas de pertença*, estudou durante três anos os fluxos migratórios entre quatro grandes cidades: Lisboa, Porto, São Paulo e Rio de Janeiro. Este capítulo tem como objectivo disponibilizar um conjunto de dados descritivos sobre as travessias realizadas por portugueses para as duas cidades brasileiras em estudo. Assume-se como um contributo para a caracterização sociográfica deste grupo específico de emigrantes recentes e procura posicioná-lo face à numerosa e significativa população de origem portuguesa que integrou vagas migratórias anteriores e se fixou naquelas duas grandes metrópoles.

Palavras-chave: Materialidade, movimentos migratórios, políticas de pertença, Brasil, Portugal.

Abstract The project *Crossings of the Atlantic: materiality, contemporary movements and politics of belonging*, studied for three years the migratory flows between four major cities: Lisbon, Porto, São Paulo and Rio de Janeiro. This chapter aims to provide a set of descriptive data on the crossings made by Portuguese to the two Brazilian cities under study. It is assumed as a contribution to the sociographic characterization of this specific group of recent emigrants and seeks to position it in the light of the large and significant population of Portuguese origin that integrated previous migratory waves and settled in those two major metropolises.

Keywords: Materiality, migratory movements, politics of belonging, Brazil, Portugal.

Introdução

O projeto *Travessias do Atlântico: materialidade, movimentos contemporâneos e políticas de pertença*, financiado pela FCT (PTDC/CS-ANT/119803/2010), decorreu entre 2012 e 2015 no CRIA, *Centro em Rede de Investigação em Antropologia* e no ICS, *Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Integraram a equipa do projeto as investigadoras Marta Vilar Rosales (PI), Susana Salvaterra Trovão e Emília Margarida Marques e os bolsеiros de mestrado e doutoramento Inês David, Vânia Pereira Machado, Ana Rita Machado, Diana Tomás, Daniela Rodrigues e João Coimbra Oliveira.

O projeto teve como objetivo principal estudar os movimentos de pessoas e coisas, e as suas intersecções, entre quatro grandes cidades separadas pelo Atlântico: Lisboa, Porto, Rio de Janeiro e São Paulo. Conceptualmente, o projeto promoveu a observação e a análise integradas de duas áreas de estudo centrais da antropologia contemporânea: as mobilidades internacionais e a cultura material. Assim sendo, e tendo em conta o âmbito da publicação que integra, este texto apresenta apenas uma parte dos resultados empíricos apurados: os que dizem respeito às migrações portuguesas recentes (2009/13 para as duas cidades brasileiras em análise).

Os movimentos migratórios que integram este estudo enquadram-se num contexto social marcado por uma forte crise económica internacional. O contexto nacional mostrou ser particularmente vulnerável a esta conjuntura negativa, cujos efeitos atingiram todas as esferas da vida do país. Em linha com tendência para a desaceleração da emigração que se vinha fazendo sentir em Portugal nos últimos anos, o país assistiu a um aumento significativo (em dimensão e intensidade) do número de saídas de pessoas (nacionais e estrangeiras) em idade ativa, pertencentes a grupos profissionais e com qualificações muito diversas. Neste texto, apresenta-se uma caracterização daquelas que, contrariando a tendência geral migratória para destinos europeus, escolheram São Paulo e o Rio de Janeiro como destinos.

A população portuguesa no Brasil

Apresenta-se em seguida um retrato breve sobre a população portuguesa a residir no Brasil. Este retrato assenta exclusivamente em dados produzidos e recolhidos junto de instituições brasileiras várias, entre as quais se destaca o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

O IBGE realiza, a cada dez anos, um censo demográfico. O censo utiliza dois instrumentos de recolha de informação: um inquérito por questionário extenso, que é aplicado a uma amostra de domicílios (e cada um de seus moradores) e um segundo inquérito por questionário, de menor dimensão, que é aplicado a todos os domicílios (e cada um de seus moradores) que não foram

selecionados para integrar a amostra do primeiro. Esse modelo permite atingir todo o universo populacional e recolher dados sobre um conjunto de variáveis que é comum aos dois questionários. Adicionalmente, os dados recolhidos através do primeiro questionário junto da amostra selecionada permitem realizar uma série de estimativas para o conjunto da população.

Neste capítulo foram consideradas ambas as fontes, isto é, os *resultados do universo* e os *resultados da amostra* (ponderados pelo peso da amostra). Os questionários encontram-se divididos em quatro blocos temáticos, divisão que se mantém ao nível das bases de dados: *Domicílios, Emigração, Mortalidade e Pessoas*. Para o presente capítulo foi considerado o bloco *Pessoas*, do qual constam as informações mais relevantes para o projeto *Travessias do Atlântico*. Para uma leitura mais fácil, procedeu-se à agregação dos dados dos dois questionários a partir do seguinte filtro — *residentes nascidos em Portugal*.

Evolução e distribuição da população natural de Portugal no território brasileiro

O retrato da população natural de Portugal a residir no Brasil inicia-se com a análise da sua evolução e distribuição recentes no território brasileiro (1991-2010). Discute-se em seguida o peso da população natural de Portugal face ao universo da população estrangeira a residir no Brasil e as suas estratégias de implementação no território.

O quadro 4.1 permite acompanhar a evolução populacional no Brasil com base nos últimos três censos demográficos. Verifica-se que em 2010 o número da população residente nascida em Portugal diminuiu para quase metade do valor que apresentava em 1991. Quanto à proporção de naturalizados brasileiros face total de nascidos em Portugal, verifica-se um aumento ao longo do tempo. Em 1991, a proporção era de 14,7% e em 2010 de 19,2%. Por oposição, a proporção de cidadãos estrangeiros entre os naturais de Portugal diminuiu, assim como o peso relativo dos nascidos em Portugal no conjunto dos residentes no Brasil que nasceram no estrangeiro.

Os dados do quadro 4.2 revelam que o número de imigrantes internacionais aumentou 87% entre 2000 e 2010. Desses imigrantes internacionais, cerca de 61%, em 2000, e de 65%, em 2010 correspondem a situações de retorno (pessoas com mais de cinco anos a residir no estrangeiro nos 5 anos anteriores à data do censo com naturalidade brasileira). De notar que o número de retornados duplicou entre 2000 e 2010.

O quadro 4.3 permite verificar que em 2000 Portugal não aparece nos cinco países de procedência mais representados. Já em 2010, Portugal aparece em 4.^o lugar, constituindo o país de procedência de 8% dos migrantes internacionais.

O quadro 4.4 regista a percentagem de retornados para cada um dos cinco países de origem mais representativos. Para os indivíduos com idade igual ou superior a cinco anos que residiam em Portugal em 2005, e que à data do censo

Quadro 4.1 População residente no Brasil, 1991-2010

População residente no Brasil	1991	2000	2010
População total	146.815.803	169.872.856	190.755.799
Nascidos no estrangeiro (total)	767.781	683.830	592.570
Naturalizados brasileiros	161.152	173.763	161.250
Total de estrangeiros	606.629	510.067	431.320
Nascidos em Portugal	263.611	213.203	137.973
Naturalizados brasileiros	38.762	37.409	26.530
Estrangeiros	224.849	175.794	111.443
% no total de nascidos no estrangeiro	34,0	31,0	2,3

Fonte: IBGE, Censos 2010.

Quadro 4.2 Imigrantes internacionais residentes no Brasil, 2000-2010

Imigrantes internacionais residentes no Brasil	2000	2010
População total	169.872.856	190.755.799
Imigrantes Internacionais ⁽¹⁾	143.644	268.486
Imigrantes internacionais nascidos no Brasil (retornados)	87.886	174.597
% do total de imigrantes internacionais	61,0	65,0

⁽¹⁾ Por imigrantes internacionais entendem-se os indivíduos que residiam no Brasil na data do censo, mas que residiam num país estrangeiro cinco antes da data do censo.

Fonte: IBGE, Censos 2010.

Quadro 4.3 Imigrantes internacionais residentes no Brasil, por país de procedência 2000-2010

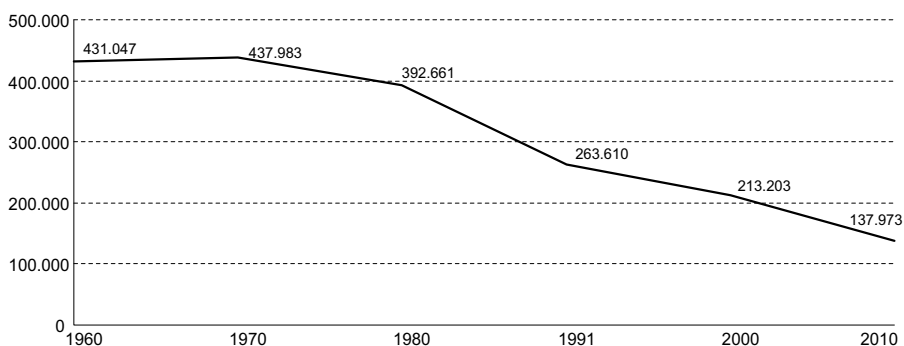
	2000		2010		
		%		%	
Total imigrantes	143.644		Total imigrantes	268.486	
Paraguai	35.446	24,7	EUA	51.933	19,3
Japão	19.692	13,7	Japão	41.417	15,4
EUA	16.695	11,6	Paraguai	24.666	9,2
Argentina	7.797	5,4	Portugal	21.673	8,0
Bolívia	6.021	4,2	Bolívia	15.753	5,9

Fonte: IBGE, Censos 2010.

Quadro 4.4 Imigrantes internacionais retornados, residentes no Brasil, por país de procedência 2000-2010

País	Total Imigrantes (2010)	Imigrantes retornados(%)
EUA	51.933	84,0
Japão	41.417	89,0
Paraguai	24.666	56,0
Portugal	21.673	77,0
Bolívia	15.753	25,0

Fonte: IBGE, Censos 2010.

**Figura 4.1** População residente no Brasil, nascida em Portugal 1960-2010

Fonte: IBGE, Censos 2010.

Quadro 4.5 População residente no Brasil e nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, nascida em Portugal, segundo a década de chegada

Década de chegada	Rio de Janeiro		São Paulo		Total	
	N	%	N	%	N	%
Década 10	125	0,2	168	0,3	387	0,3
Década 20	993	2,0	1.188	1,8	2.595	1,9
Década 30	2.628	5,2	2.986	4,6	6.236	4,5
Década 40	6.394	12,6	7.561	11,8	15.294	11,1
Década 50	27.998	55,1	31.766	49,4	66.026	47,9
Década 60	7.739	15,2	11.392	17,7	22.157	16,1
Década 70	3.028	6,0	5.079	7,9	11.515	8,3
Década 80	527	1,0	1.137	1,8	2.427	1,8
Década 90	460	0,9	905	1,4	2.244	1,6
Década 00	931	1,8	2.057	3,2	9.091	6,6
Total	50.823	100,0	64.241	100,0	137.972	100,0

Fonte: IBGE, Censos 2010.

residiam no Brasil, 77% são naturais brasileiros, ou seja, integram um quadro migratório de retorno. Os restantes 23% correspondem, ou a migrações de portugueses ou de filhos de cidadãos brasileiros com naturalidade/nacionalidade portuguesa. Como esta série não contempla elementos como a naturalidade, nacionalidade exata, dupla nacionalidade, nacionalidade/naturalidade dos pais, não é possível averiguar o peso de cada uma destas variáveis ou categorias.

Em seguida, explorar-se-ão as características da população portuguesa residente no Brasil, considerando, em muitos casos, a sua distribuição pelas unidades da Federação. Para tal, o critério de seleção aplicado para fazer o recorte foi a variável *país estrangeiro onde nasceu: Portugal*.

A figura 4.1 reflete a evolução nos nascidos em Portugal recenseados no Brasil à data dos censos. Assiste-se a uma queda contínua dos números desde a década de setenta até ao último censo, em 2010.

Os períodos de chegada aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo apresentam um padrão semelhante ao das chegadas ao conjunto dos restantes estados brasileiros. A percentagem total de portugueses que chegaram ao Brasil nos últimos anos não ultrapassa os 7% do total deste universo. Para os estados do Rio e de São Paulo o valor é ainda menor, 2% e 3% respetivamente, o que poderá indicar uma maior dispersão da população chegada mais recentemente. Na década de 50 do século passado, chegou ao Brasil cerca de 50% da população residente atual. No caso do Rio de Janeiro, este valor atinge os 55%. No decorrer das décadas de 50 e 60, chegam ao Rio e a São Paulo, respetivamente 70 e 67% da totalidade dos residentes nascidos em Portugal.

Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro são os principais lugares de residência de naturais de Portugal, somando um total de 83,4%. Seguem-se os estados do Paraná, com 3,4%, e Minas Gerais, com 2,7%. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro são os únicos onde a proporção de mulheres é ligeiramente superior à dos homens, 93,1 e 98,4 respetivamente. Nos restantes estados, a proporção de homens é superior à de mulheres. Os estados de Roraima, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte são os que apresentam um rácio maior, com 462; 445,6; 423,7 e 411,9 homens para cada 100 mulheres, respetivamente.

A proporção de nascidos em Portugal que se naturalizaram brasileiros é semelhante em ambos os estados: entre 16 e 17% respetivamente, face aos 19,2% do conjunto do Brasil. Por naturalizado entende-se: *pessoa que nasceu em país estrangeiro e obteve a nacionalidade brasileira por meio de título de naturalização ou valendo-se de disposição da legislação brasileira*.

A população residente há menos de 10 anos nascida em Portugal corresponde a 6,6% do total de portugueses residentes no Brasil à data do censo. Para o estado do Rio de Janeiro, esse valor corresponde a 1,8% e para São Paulo 3,2%. Este contingente reside em vários estados embora os valores mais significativos se encontrem em São Paulo (22,6%), Minas Gerais (11,8%) e no Rio de Janeiro (10,2%). Estes valores corroboram uma maior dispersão territorial dos portugueses chegados mais recentemente que a análise dos habitantes por período de

Quadro 4.6 População residente nascida em Portugal, segundo o sexo por estado de residência

Estado de residência	Sexo		Total		Relação de masculinidade (N homens para cada 100 mulheres)
	Masculino	Feminino	N	%	
São Paulo	30.967	33.273	64.241	46,6	93,1
Rio de Janeiro	25.201	25.622	50.823	36,8	98,4
Paraná	2.705	1.921	4.626	3,4	140,8
Minas Gerais	2.224	1.548	3.772	2,7	143,6
Bahia	1.120	875	1.994	1,4	128,0
Pernambuco	863	645	1.508	1,1	133,8
Rio Grande do Sul	806	576	1.382	1,0	139,9
Goiás	870	415	1.285	0,9	209,5
Santa Catarina	704	542	1.246	0,9	129,9
Espírito Santo	646	389	1.035	0,7	165,9
Pará	554	353	907	0,7	157,1
Distrito Federal	476	430	906	0,7	110,7
Ceará	470	362	832	0,6	130,1
Mato Grosso do Sul	422	350	772	0,6	120,6
Amazonas	333	148	481	0,3	225,5
Paraíba	323	131	453	0,3	246,6
Rio Grande do Norte	288	70	358	0,3	411,9
Maranhão	201	106	307	0,2	190,0
Mato Grosso	203	101	304	0,2	200,6
Rondônia	149	74	223	0,2	199,8
Tocantins	103	31	134	0,1	334,6
Sergipe	97	23	120	0,1	423,7
Alagoas	56	20	76	0,1	286,8
Piauí	60	13	74	0,1	445,6
Amapá	33	25	57	0,0	131,4
Roraima	39	9	48	0,0	462,0
Acre	6	3	9	0,0	190,3
Total	69.918	68.054	137.972	100,0	102,7

Fonte: IBGE, Censos 2010.

Quadro 4.7 População residente, nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, nascida em Portugal, segundo a nacionalidade

Estados	Naturalizado brasileiro		Estrangeiro		Total	
	N	%	N	%	N	%
São Paulo	10.827	40,8	53.414	47,9	64.241	46,6
Rio de Janeiro	8.427	31,8	42.396	38,0	50.823	36,8
Total Brasil	26.530	100,0	111.443	100,0	137.972	100,0

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.8 População residente há menos de 10 anos nas várias unidades federais, nascida em Portugal segundo a nacionalidade

Unidades federais	Naturalizado brasileiro		Estrangeiro		Total	
	N	%	N	%	N	%
São Paulo	381	15,5	1.677	25,3	2.057	22,6
Minas Gerais	375	15,3	694	10,5	1.069	11,8
Rio de Janeiro	299	12,2	633	9,5	931	10,2
Paraná	282	11,5	441	6,6	723	8,0
Goiás	174	7,1	480	7,2	654	7,2
Bahia	65	2,7	518	7,8	583	6,4
Espírito Santo	159	6,5	321	4,8	480	5,3
Santa Catarina	186	7,6	239	3,6	425	4,7
Ceará	80	3,3	255	3,8	335	3,7
Paraíba	42	1,7	233	3,5	275	3,0
Distrito Federal	0	0,0	216	3,3	216	2,4
Pernambuco	44	1,8	168	2,5	212	2,3
Mato Grosso do Sul	79	3,2	125	1,9	204	2,2
Amazonas	32	1,3	146	2,2	178	2,0
Rio Grande do Sul	12	0,5	133	2,0	145	1,6
Rondônia	91	3,7	48	0,7	139	1,5
Maranhão	31	1,3	70	1,1	102	1,1
Rio Grande do Norte	62	2,5	33	0,5	95	1,0
Tocantins	16	0,6	63	0,9	79	0,9
Mato Grosso	7	0,3	61	0,9	68	0,7
Piauí	7	0,3	44	0,7	51	0,6
Pará	22	0,9	18	0,3	40	0,4
Roraima	0	0,0	19	0,3	19	0,2
Alagoas	5	0,2	5	0,1	10	0,1
Total	2.452	100,0	6.639	100,0	9.091	100,0

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.9 Local morada anterior, população residente nascida em Portugal

Morada anterior	N	%	%
Noutro unidades federais/Município	9.703	7,0	50,3
Num país estrangeiro	9.580	6,9	49,7
Total	19.283	14,0	100,0
No mesmo município	118.689	86,0	
Total	137.972	100,0	

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.10 País de residência anterior, população residente, nascida em Portugal

País de residência anterior	N	%
Portugal	8.393	87,6
Itália	212	2,2
Reino Unido	200	2,1
Estados Unidos	146	1,5
França	145	1,5
Panamá	82	0,9
Espanha	67	0,7
Cabo Verde	64	0,7
Tadjiquistão	41	0,4
Holanda	40	0,4
Não sabe país estrangeiro	39	0,4
Argentina	34	0,4
Canadá	28	0,3
Venezuela	18	0,2
Bélgica	15	0,2
Alemanha	14	0,1
Ignorado	14	0,1
Suíça	10	0,1
Tunísia	8	0,1
África do Sul	4	0,0
Angola	3	0,0
Japão	3	0,0
Total	9.580	100,0

Fonte: IBGE, censos 2010.

chegada parecia indicar. No total de portugueses chegados há menos de 10 anos ao Brasil, 27% são naturalizados brasileiros, o que corresponde ao valor mais elevado no quadro do universo em estudo. No que respeita aos três estados mais escolhidos nos últimos 10 anos, a proporção de naturalizados é de 18,5% para São Paulo, de 35,1% para Minas Gerais e de 32,1% para o Rio de Janeiro. Do ponto de vista estatístico, e uma vez que não estão disponíveis variáveis que permitam uma análise mais fina, torna-se difícil discutir estes dados. Existem, no entanto, algumas pistas que poderão ser exploradas com vista à sua explicação, designadamente o facto de alguns dos estados que têm recebido mais naturais de Portugal nos últimos 10 anos serem coincidentes com os estados de maior proveniência de migrantes brasileiros que se fixaram em Portugal — Goiás, Paraná e, sobretudo, Minas Gerais. Desse modo, o aumento de naturalizados brasileiros entre os naturais de Portugal pode indiciar um movimento migratório de retorno de cidadãos brasileiros acompanhados, quer por cônjuges portugueses, quer por descendentes com naturalidade Portuguesa conhecidos no Brasil por *portuguesinhos*.

A grande maioria (86%) dos residentes no Brasil que declaram terem nascido em Portugal viveram durante os últimos dez anos no mesmo município. A minoria (14%) que declarou ter vivido noutra município nos últimos 10 anos

Quadro 4.11 Residência em julho de 2005, população residente nascida em Portugal

Residência em junho 2005	N	%	%
Noutro local			
Noutro UF/Município	7.528	5,5	58,9
Num país estrangeiro	5.260	3,8	41,1
Total	12.788	9,3	100,0
No mesmo município	125.184	90,7	
Total	137.972	100,0	

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.12 País de residência em 31 de Julho de 2005, população residente nascida em Portugal

País de residência	N	%
Portugal	4.464	84,9
Reino Unido	143	2,7
Estados Unidos	115	2,2
França	84	1,6
Espanha	76	1,4
Alemanha	74	1,4
Cabo Verde	64	1,2
Holanda	55	1,0
Venezuela	37	0,7
Itália	25	0,5
México	24	0,5
Ignorado	20	0,4
Suíça	20	0,4
Austrália	14	0,3
Argentina	11	0,2
Canadá	10	0,2
Luxemburgo	9	0,2
Marrocos	8	0,1
Não Sabe País Estrangeiro	3	0,1
Japão	3	0,1
Total	5.260	100,0

Fonte: IBGE, censos 2010.

comporta, quer indivíduos que residiram noutra localidade situada no Brasil (7%) quer indivíduos que declararam ter residido numa localidade situada num país estrangeiro (7%).

A população nascida em Portugal que declarou ter vivido fora do Brasil nos últimos 10 anos (6,9%) residiu sobretudo no mesmo território, ou seja, em Portugal (88%). Além disso, Itália, Reino Unido, Estados Unidos e França foram os principais países de proveniência dos portugueses residentes no Brasil que declararam ter vivido num país estrangeiro nos últimos 10 anos.

Relativamente ao seu local de residência, à data de julho de 2005, apenas 9,3% dos inquiridos declararam não viver no município em que atualmente vivem. Destes, 59% viviam num outro município e 41% num outro país o qual, em 85% dos casos, corresponde a Portugal.

A maioria da população nascida em Portugal e que residia fora do Brasil em 2005 (3,8% do total) encontrava-se, nessa altura, a viver naquele país, o que sugere a existência sobretudo de fluxos migratórios diretos entre os dois países.

Distribuição por grupos etários e sexo

A pirâmide etária permite ver que a população portuguesa residente no Brasil se encontra bastante envelhecida. No total, cerca de 91% das pessoas têm mais de 45 anos e 60% têm mais de 65 anos. Na população mais idosa existe uma feminização acentuada. Quanto aos escalões mais jovens, sublinha-se que apenas 3,1% da população tem até 19 anos. No entanto, quando se analisa a pirâmide a partir dos critérios *naturalizados brasileiros* e *estrangeiros* verificam-se algumas diferenças face ao cenário anterior. Os *estrangeiros* têm uma população mais envelhecida, principalmente acima dos 65 anos, e menos crianças e jovens — 2,1%. Já os *naturalizados brasileiros* apresentam um número inferior de pessoas acima dos 65 anos — 51,1% contra 62%, e uma percentagem mais elevada de crianças e jovens — 7,5%.

No total da população em análise, 41% dos indivíduos têm até 19 anos e apenas 7,2% têm mais de 65 anos. Tal como na figura anterior, ao analisar a pirâmide a partir dos critérios *naturalizados brasileiros* e *estrangeiros*, observam-se algumas diferenças. Os *estrangeiros* acima dos 65 anos correspondem a 8,8%. E as crianças e jovens até aos 19 anos, a 30,7%. Já os *naturalizados* apresentam uma percentagem de crianças e jovens de 69% e apenas 3% de indivíduos com idade superior a 65 anos. Estes dados parecem ilustrar um quadro de retorno composto por pessoas sobretudo em idade ativa e de jovens famílias. Em ambas as categorias verifica-se uma feminização da população na infância/adolescência, que se inverte progressivamente na fase adulta, a partir dos 35 e até aos 70 anos. A partir dos 70 anos, verifica-se novamente uma feminização desse segmento da população. Esta tendência reflete, também, a realidade demográfica geral apresentada pelos os estados de SP e RJ.

O elevado número de homens face ao número de mulheres em fase adulta poderá estar relacionado com fenómenos de migração laboral masculinizada. Porém, se tivermos em consideração a análise do Instituto Nacional de Estatística (INE) Português no seu módulo especial relativo às migrações, a proporção de mulheres brasileiras em regime de casamento misto com homens portugueses é substancialmente superior à proporção de brasileiros com cônjuges portuguesas. Este cenário poderá traduzir essa realidade, dado o elevado número de situações de retorno presentes no universo em estudo.

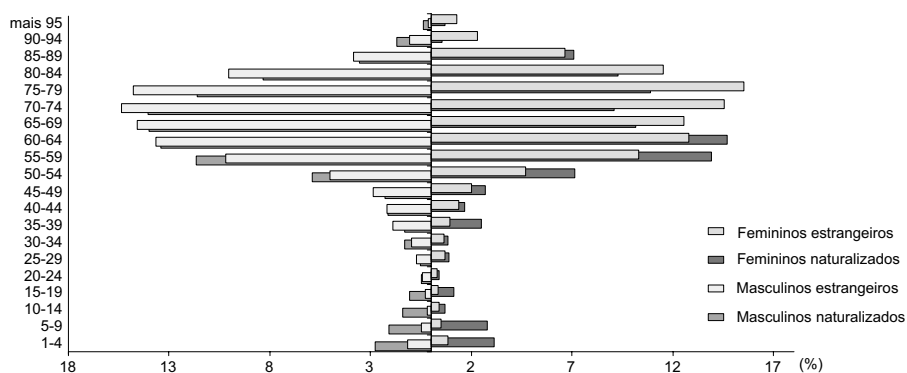


Figura 4.2 População residente nascida em Portugal, segundo sexo e nacionalidade, por grupos de idade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

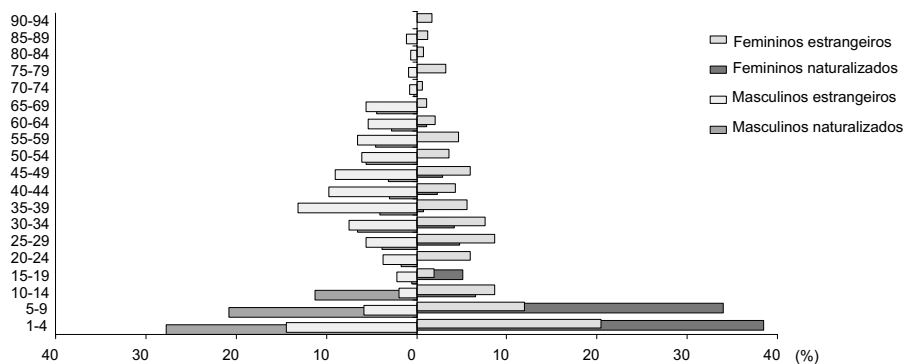


Figura 4.3 População residente há menos de 10 anos nascida em Portugal, segundo a nacionalidade, por grupos de idade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

A análise das distribuições etárias por estados permite encontrar diferenças interessantes. A percentagem de crianças com idades até aos 9 anos, no total dos recém-chegados é, como vimos, de 33%. Nos estados do RJ e de SP os valores são, no entanto, mais baixos — 23% e 25%, respetivamente. Este quadro contrasta com os dados dos estados de Minas Gerais (57%), Goiás (48%) e Paraná (43%) onde as percentagens se encontram acima do valor geral para o grupo etário em questão. No que respeita ao grupo etário entre os 20 e 40 anos, a proporção geral de referência é de 25%.

Uma vez mais, e tendo em conta que os dados se referem ao período compreendido entre 2000 e 2010, é provável que muitos dos casos de nascidos em Portugal naturalizados brasileiros sejam filhos de brasileiros que entretanto retornaram — os *portuguesinhos*. Essa hipótese justificaria o elevado número de crianças e jovens que chegaram ao Brasil, bem como a dispersão pelos estados de residência demonstrada no quadro 4.9, para além das sobrerepresentações observadas em estados que se destacam enquanto origens da imigração brasileira para Portugal, como Minas Gerais ou Goiás. Para testar devidamente esta hipótese, precisaríamos de dados de naturalidade/nacionalidade dos progenitores, o que não é possível extrair da série de dados analisada.

Distribuição por estado civil e composição familiar

Dado que 91% da população que compõe o universo em estudo têm mais de 45 anos, o estado civil é uma variável que não suscita muitas questões: 59% da população maior de 10 anos é casada, 25% viúva e 8% solteira. Contudo, quando se analisam os dados referentes aos portugueses residentes há menos de dez anos no país, o peso dos solteiros é relativamente superior (31%) e o dos viúvos diminui significativamente (4%). Estes valores ilustram as diferenças existentes entre os contingentes que compõem o grupo migratório no que respeita à sua composição etária. Ainda de notar que, entre os recém-chegados, a percentagem de casados é ligeiramente mais baixa no Rio de Janeiro (45%) do que em São Paulo (61%). Estes valores corroboram uma maior atratividade da cidade do Rio de Janeiro para os mais jovens.

A análise dos dados relativos às unidades domésticas mostram que 85,9% dos inquiridos declaram viver com duas ou mais pessoas com as quais têm relações de parentesco e apenas 12,9% declaram viver numa unidade doméstica unipessoal. A unidade doméstica familiar nuclear é a principal configuração familiar (61,5%), seguida família estendida (22,3%). No caso dos *residentes há menos de 10 anos*, verifica-se uma diminuição da percentagem de unidades unipessoais, as quais correspondem apenas a 2,2% dos casos. A grande maioria dos indivíduos que integra a categoria (94,4%) vive com duas ou mais pessoas com quem possui relações de parentesco, e 1,8% com duas ou mais pessoas com quem não detém relações de parentesco. A unidade doméstica familiar nuclear é também neste grupo o principal modelo de configuração familiar (58,5%). Neste contingente, tanto a família estendida (31,2%) quanto composta (6,6%) apresentam valores superiores entre os naturais portugueses residentes no Brasil.

Em relação à composição familiar da população em análise, 37,2% das unidades é composta por um casal sem filhos coabitantes e 30,4% por um casal com filhos. A estas duas, que representam a maioria das respostas, seguem-se outras configurações: 8% declarou *outra composição*, 6,3% das famílias são compostas por casais com filhos e parentes e 5,7% por casais sem filhos com parentes. As unidades compostas por mulheres sem cônjuge e com filhos correspondem a

Quadro 4.13 População residente, nascida em Portugal, por estado civil e unidade federal (Rio de Janeiro e São Paulo)

Estado civil	Rio de Janeiro				São Paulo				Total			
	Todos		>2000		Todos		>2000		Todos		>2000	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Casado(a)	28.736	57,6	323	45,3	38.098	61,3	749	48,6	76.519	59,4	3.453	56,9
Separado(a)	635	1,3	0	0	1376	2,2	12	0,8	2.448	1,9	98	1,6
Divorciado(a)	2.718	5,4	67	9,4	2.947	4,7	102	6,6	7.187	5,6	381	6,3
Viúvo(a)	13.356	26,8	11	1,6	15.377	24,7	97	6,3	32.228	25	235	3,9
Solteiro(a)	4.446	8,9	312	43,7	4.386	7,1	581	37,7	10.499	8,1	1.901	31,3
Total	49.892	100	714	100	62.183	100	1.541	100	128.882	100	6.069	100

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.14 Tipo de unidade doméstica, população residente nascida em Portugal

Composição familiar				Unidade doméstica			
Tipo	N	%	% válida	Tipo	N	%	% válida
Unipessoal	17.865	12,9	13,0	Unipessoal	17.596	12,8	12,8
Duas pessoas ou mais sem parentesco	800	0,6	0,6	Nuclear	84.916	61,5	61,9
Duas pessoas ou mais com parentesco	118.554	85,9	86,4	Estendida	30.828	22,3	22,5
				composta	3.883	2,8	2,8
Total válido	137.219	99,5	100,0	Total	137.223	99,5	100,0
Valores em falta ^(*)	753	0,5		Missing	749	0,5	
Total	137.972	100,0			137.972	100,0	

(*) Pessoas residentes em domicílios coletivos e/ou em unidades domésticas localizadas em terras indígenas.

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.15 Tipo de unidade doméstica, população residente há menos de dez anos nascida em Portugal

Composição familiar				Unidade doméstica			
Tipo	N	%	%válida	Tipo	N	%	% válida
Unipessoal	198	2,2	2,2	Unipessoal	188	2,1	2,1
Duas pessoas ou mais sem parentesco	161	1,8	1,8	Nuclear	5.315	58,5	59,4
Duas pessoas ou mais com parentesco	8.583	94,4	96,0	Estendida	2.838	31,2	31,7
				composta	602	6,6	6,7
Total válido	8.943	98,4	100,0	Total	8.943	98,4	100,0
Valores em falta ^(*)	147	1,6		Missing	147	1,6	
Total	9.091	100,0			9.091	100,0	

(*) Pessoas residentes em domicílios coletivos e/ou em unidades domésticas localizadas em terras indígenas.

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.16 Composição familiar, população residente nascida em Portugal

Composição familiar	N	%	% válida
Casal sem filhos	42.591	30,9	37,0
Casal sem filhos e com parentes	6.528	4,7	5,7
Casal com filhos	34.993	25,4	30,4
Casal com filhos e com parentes	7.305	5,3	6,3
Mulher sem cônjuge com filhos	7.502	5,4	6,5
Mulher sem cônjuge com filhos e com parentes	4.213	3,1	3,7
Homem sem cônjuge com filhos	2.068	1,5	1,8
Homem sem cônjuge com filhos e com parentes	846	0,6	0,7
Outro	9.194	6,7	8,0
Total válido	115.238	83,5	100,0
Valores em falta ^(*)	22.734	16,5	
Total	137.972	100,0	

(*) Pessoas residentes em domicílios coletivos e/ou em unidades domésticas residentes em terras indígenas e domicílios coletivos, onde não se fez a identificação de famílias, além das pessoas não pertencentes a famílias únicas ou conviventes principais.

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.17 Composição familiar, população residente há menos de dez anos nascida em Portugal

Composição familiar	N	%	% válida
Casal sem filhos	1.463	16,1	19,3
Casal sem filhos e com parentes	320	3,5	4,2
Casal com filhos	3.861	42,5	50,9
Casal com filhos e com parentes	548	6,0	7,2
Mulher sem cônjuge com filhos	363	4,0	4,8
Mulher sem cônjuge com filhos e com parentes	460	5,1	6,1
Homem sem cônjuge com filhos	133	1,5	1,8
Homem sem cônjuge com filhos e com parentes	21	0,2	0,3
Outro	423	4,7	5,6
Total válido	7.592	83,5	100,0
Valores em falta	1.498	16,5	
Total	9.091	100,0	

Fonte: IBGE, censos 2010.

6,5%. A percentagem de mulheres sem cônjuge com filhos e familiares correspondem a 3,7% dos casos. Os homens apresentam um quadro semelhante com 1,8% e 0,7%, respetivamente para as categorias em questão. No caso dos *residentes há menos de 10 anos*, o número de famílias compostas por casais sem filhos coabitantes é menor (19,3%). Por oposição, e ainda relativamente a este grupo, o número de unidades compostas por casais com filhos é maior, cerca de 51%. Esta especificidade poderá estar relacionada com o facto dos recém-chegados serem mais novos, e por isso a probabilidade de terem filhos jovens ser maior.

Quadro 4.18 Número de pessoas que compõe a família, população residente nascida em Portugal

Pessoas que compõe a família	N	%	% válida
1	17.596	12,8	12,8
2	57.164	41,4	41,7
3	35.396	25,7	25,8
4	18.213	13,2	13,3
5	6.706	4,9	4,9
6	1.698	1,2	1,2
7	445	0,3	0,3
Total válido	137.219	99,5	100,0
Valores em falta	753	0,5	
Total	137.972	100,0	

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.19 Número de pessoas que compõe a família, população residente há menos de dez anos nascida em Portugal

Pessoas que compõe a família	N	%	% válida
1	188	2,1	2,1
2	2.448	26,9	27,4
3	3.018	33,2	33,7
4	1.896	20,9	21,2
5	911	10,0	10,2
6	357	3,9	4,0
7	125	1,4	1,4
Total válido	8.943	98,4	100,0
Valores em falta	147	1,6	
Total	9.091	100,0	

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quando inquiridos sobre o número de pessoas que compõem a sua família, 42% dos indivíduos responderam duas, 26% responderam três, 13% quatro e 13% uma. Apenas 6,5% dos respondentes declaram pertencer a famílias com 5 ou mais elementos. Nos recém-chegados, apenas 2% dos casos são compostos por apenas 1 pessoa. Entre os recém casados, 34% declaram pertencer a um agregado familiar com 3 elementos, 37% a agregados compostos por 2 elementos e 21% por 4 elementos. Uma vez mais, estes dados corroboram o facto dos recém-chegados serem mais novos, e por isso a probabilidade de terem filhos em coabitação ser maior.

Número de filhos

No que respeita ao número de filhos, 36% das mulheres residentes com mais de 10 anos nascidas em Portugal declaram ter tido 2 filhos. Os residentes que

Quadro 4.20 Total de filhos nascidos vivos, mulheres residentes há mais de 10 anos nascidas em Portugal

Filhos nascidos vivos que teve até 31 de julho de 2010	N	%	% válida
0	8.939	6,5	13,4
1	11.370	8,2	17,1
2	24.090	17,5	36,1
3	13.885	10,1	20,8
4	4.505	3,3	6,8
5	1.924	1,4	2,9
6	639	0,5	1,0
7	653	0,5	1,0
8	251	0,2	0,4
9	200	0,1	0,3
10	75	0,1	0,1
11	43	0,0	0,1
12	37	0,0	0,1
13	24	0,0	0,0
22	23	0,0	0,0
23	21	0,0	0,0
Total válido	66.678	48,3	100,0
Valores em falta	71.294	51,7	
Total	137.972	100,0	

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.21 Total de filhos nascidos vivos, mulheres residentes há menos de 10 anos nascidas em Portugal

Filhos nascidos vivos que teve até 31 de julho de 2010	N	%	% válida
0	861	9,5	48,7
1	327	3,6	18,5
2	335	3,7	19,0
3	120	1,3	6,8
4	83	0,9	4,7
5	35	0,4	2,0
6	4	0,0	0,2
7	2	0,0	0,1
Total válido	1.767	19,4	100,0
Valores em falta	7.324	80,6	
Total	9.091	100,0	

Fonte: IBGE, censos 2010.

tiveram 3 filhos correspondem a 20,8% da população, os que tiveram apenas um filho correspondem a 17,1 e 13,4% dos inquiridos declaram não ter tido nenhum filho. Este quadro altera-se quando se observa a população recém chegada (residentes há menos de 10 anos): 48,74% destes residentes não tem filhos, 19% tem 2 filhos e 18,5% declara ter um filho. Esta variável ilustra, mais uma vez, as

diferenças existentes em termos sociodemográficos entre os dois contingentes. O menor número de filhos do contingente mais recente encontra-se em linha com a tendência geral para a baixa da natalidade que se vem fazendo sentir em Portugal nas últimas décadas e que se acentuou no quadro da crise económica.

Níveis de escolaridade

Em relação aos níveis de escolaridade, e comparando a população residente nascida em Portugal com o total da população residente nascida no exterior, é de referir uma diferença considerável nos níveis *Sem instrução e fundamental incompleto* e *Superior completo*: 38% e 24%, respectivamente, para o total de estrangeiros, face aos valores de 50% e 14%, respectivamente, apresentados pelos nascidos em Portugal. Estes valores refletem o peso das intensas vagas migratórias que ocorreram nas décadas de 50 e 60 que, à semelhança da generalidade da população portuguesa, integraram indivíduos com níveis de escolaridade muito baixos, especialmente quando comparados com migrantes oriundos de outros países.

Olhando para as diferenças entre os nascidos em Portugal que se naturalizaram brasileiros e os que optaram por não se naturalizar, os primeiros apresentam uma percentagem superior (25%) de pessoas com o *superior completo*, por contraponto aos que optam por não se naturalizar (12%). Em linha com o referido anteriormente, e no que se refere a pessoas *Sem instrução e fundamental incompleto*, o número de casos entre os não naturalizados nesta categoria (52%) é considerável. Importa referir ainda que, embora mais baixa, a percentagem de pessoas naturalizadas nesta categoria é igualmente revelante (40%). Apesar da população nascida em Portugal apresentar, na generalidade, níveis de escolaridade muito baixos, estes valores demonstram que aqueles que se naturalizaram brasileiros conseguiram aceder a níveis de escolaridade superiores.

Quando se cruzam os níveis de escolaridade com o sexo verifica-se que, entre os maiores de 23, há um valor mais elevado de mulheres do que de homens *sem instrução e com o fundamental incompleto* (54,2%). Os homens apresentam valores mais elevados nos restantes níveis de escolaridade. Esta tendência verifica-se também nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Ao fazer o mesmo cruzamento com o recorte da população residente no Brasil há menos de 10 anos o cenário encontrado difere do anterior. A população apresenta níveis de qualificação mais elevados (37,7% *tem formação média ou superior incompleta* e 38,3 *superior completa*) e as diferenças entre sexos esbatem-se, verificando-se mesmo uma percentagem superior de mulheres com o ensino superior. Este cenário traduz o aumento dos níveis de escolaridade verificados em Portugal nos últimos 30 anos e da feminização do ensino superior no país.

A análise do mesmo cruzamento de variáveis nos estados de referência do projeto permite inferir que no Rio de Janeiro a população em causa tem qualificações mais elevadas do que a média nacional, sendo a fracção *sem instrução/*

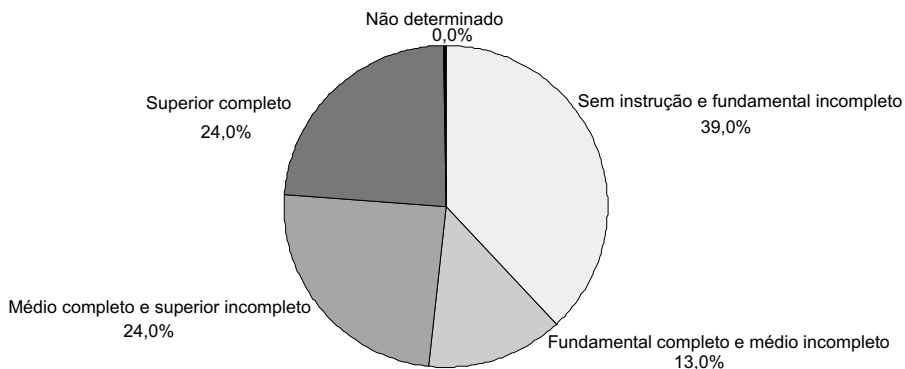


Figura 4.4 População residente nascida no exterior, por nível de escolaridade

Nota: no Brasil os níveis de escolaridade Fundamental e Médio correspondem, respetivamente, ao níveis Básico e Secundário em Portugal

Fonte: IBGE, Censo 2010.



Figura 4.5 População residente nascida em Portugal, por nível de escolaridade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

fundamental incompleto muito pouco expressiva, para ambos os sexos. Neste estado, destaca-se o número de mulheres com *formação de nível médio* (44%), face ao valor da média nacional que é de 26%. No caso de São Paulo, a distribuição assemelha-se mais à distribuição nacional. Contudo, existem algumas diferenças no que respeita aos *níveis de escolaridade intermédios*: 8% dos homens e 21% das mulheres completaram o *ensino fundamental*, valor que é superior à média nacional

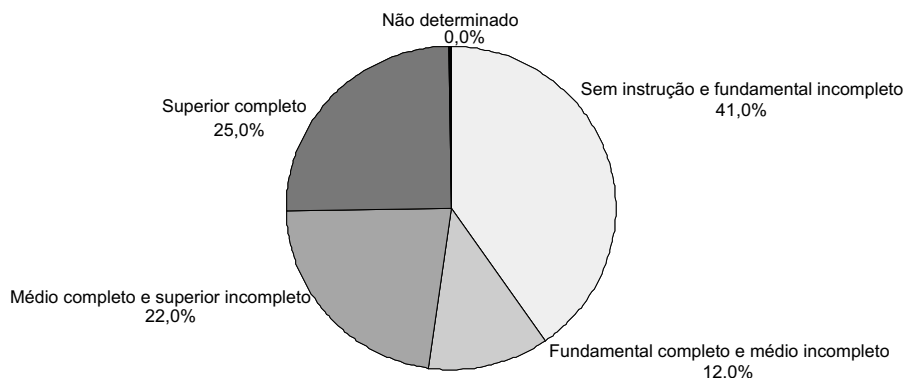


Figura 4.6 População residente nascida em Portugal, naturalizada brasileira, por nível de instrução

Fonte: IBGE, Censo 2010.

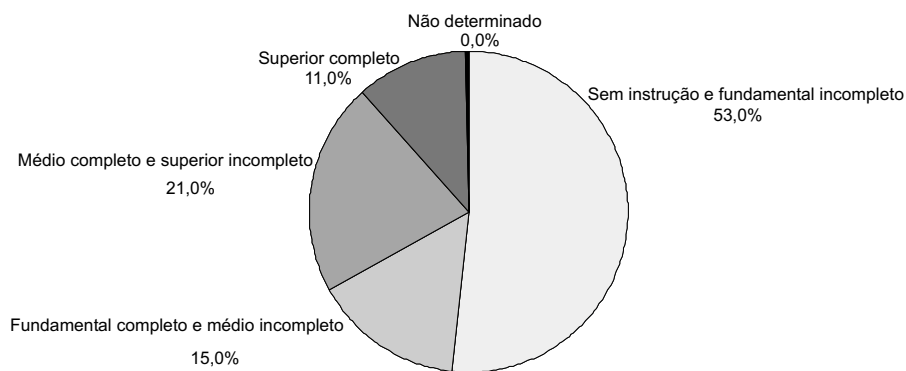


Figura 4.7 População residente nascida em Portugal, estrangeira, por nível de instrução

Fonte: IBGE, Censo 2010.

no caso das mulheres; 31% dos homens e 10% das mulheres possuem formação de *nível intermédio*, estando ambos os valores abaixo média nacional que é de 42% e 26%, respetivamente. Em compensação, 54% das mulheres e 46% dos homens completaram o *ensino superior*, estando ambos os valores acima da média nacional que é de, respetivamente, 44% e 36%.

A análise da variável *escolaridade* em diferentes grupos etários permite verificar que a idade é, para esta população, um fator de enorme relevância. Globalmente, a proporção de pessoas com ensino superior é de 14%. Contudo,

Quadro 4.22 População residente, nascida em Portugal, maior de 23 anos, por nível de escolaridade e sexo

Nível de escolaridade	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sem instrução e fundamental incompleto	28.953	43,0	35.744	54,2	64.697	48,5
Fundamental completo e médio incompleto	10.117	15,0	9.644	14,6	19.761	14,8
Médio completo e superior incompleto	16.816	25,0	12.366	18,8	29.182	21,9
Superior completo	11.308	16,8	8030	12,2	19.338	14,5
Não determinado	176	0,3	129	0,2	305	0,2
Total	67.369	100,0	65.913	100,0	133.283	100,0

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.23 População residente há menos de 10 anos, nascida em Portugal, maior de 23 anos, por nível de escolaridade e sexo

Nível de escolaridade	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sem instrução e fundamental incompleto	487	12,8	205	15,3	691	13,4
Fundamental completo e médio incompleto	355	9,3	192	14,3	547	10,6
Médio completo e superior incompleto	1.589	41,8	345	25,8	1.934	37,6
Superior completo	1.372	36,1	597	44,6	1.970	38,3
Total	3.802	100,0	1.339	100,0	5.142	100,0

Fonte: IBGE, censos 2010.

Quadro 4.24 População residente há menos de 10 anos, nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, nascida em Portugal, maior de 23 anos, por nível de escolaridade e sexo

Estados		Sem instrução e fundamental incompleto		Fundamental completo e médio incompleto		Médio completo e superior incompleto		Superior completo	
		N	%	N	%	N	%	N	%
Rio de Janeiro	M	7	1,80	10	2,60	168	42,90	206	52,70
	F	11	5,60	0	0,00	87	43,80	100	50,60
	Total	18	3,10	10	1,70	255	43,20	307	52,00
São Paulo	M	138	15,50	68	7,60	277	31,10	408	45,80
	F	59	15,10	84	21,40	39	10,00	211	53,60
	Total	197	15,30	152	11,80	317	24,70	619	48,20

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Quadro 4.25 População residente nascida em Portugal, maior de 23 anos, por nível de escolaridade e grupos de idade

(em percentagem)

Grupo de idade	Sem instrução e fundamental incompleto			Fundamental completo e médio incompleto			Médio completo e superior incompleto			Superior completo		
	RJ	SP	Total	RJ	SP	Total	RJ	SP	Total	RJ	SP	Total
23-29	5,3	17,3	13,8	0,0	13,9	11,9	52,5	32,6	37,0	42,2	36,3	37,3
30-39	0,0	10,4	6,2	6,1	13,7	11,3	31,1	29,9	38,2	62,7	46,0	44,4
40-49	9,1	12,2	10,1	13,1	15,7	12,5	37,5	34,5	35,8	40,2	37,6	41,6
50-59	21,9	25,7	22,1	15,9	19,9	17,0	33,0	30,6	33,3	28,9	23,5	27,4
60-69	38,5	48,7	42,5	19,1	15,2	16,1	25,7	21,1	24,6	16,4	14,5	16,5
70-79	61,1	69,2	63,9	15,8	13,2	14,8	18,4	13,6	16,2	4,8	3,9	5,0
>80	68,5	79,4	72,5	13,9	10,6	12,2	12,8	7,0	10,8	4,2	2,7	4,1
Total	48,2	54,0	48,5	16,1	14,6	14,8	22,2	18,8	21,9	13,3	12,4	14,5

Nota: RJ = Rio de Janeiro; SP = São Paulo.

Fonte: IBGE, Censo 2010.

existe um grande desvio relativamente a este valor, quer nos grupos etários mais jovens quer nos mais velhos. Nos grupos etários entre 23 e 49 anos, a percentagem de indivíduos com ensino superior ronda os 40%. Considerando ainda os estados de referência para o projeto, no grupo etário entre 30-39 anos, o Rio Janeiro apresenta uma percentagem de migrantes com ensino superior muito elevada (63%), face aos 44% que constituem o valor de referência total. De facto, o Rio apresenta percentagens de qualificações mais elevadas do que o estado de São Paulo em todos os grupos etários. A diferença mais acentuada entre os dois estados dá-se ao nível das qualificações mais baixas entre os grupos mais jovens (23 e 39 anos), com valores de 5% para o RJ e 17% para SP. O grupo etário entre os 50 e os 59 anos constitui uma *fronteira* entre dois blocos geracionais. Uma percentagem considerável da população com 60 a 69 anos (42%) afirmou não ter qualquer grau instrução formal ou apenas ter o grau *fundamental incompleto*. No RJ esse valor é de 38% e em SP de 49%, confirmando a tendência anteriormente descrita em relação a estes dois estados. Nos grupos etários seguintes o nível de escolaridade é ainda mais baixo — 70% dos sujeitos declara *não ter instrução e/ou fundamental incompleto*. Novamente, o valor neste grupo em São Paulo é um pouco maior que a média geral e no Rio de Janeiro um pouco inferior. Neste mesmo grupo etário, as qualificações mais elevadas apresentam valores semelhantes nos dois estados (5%).

Como já foi referido anteriormente, os indivíduos que chegaram há menos de 10 anos são sobretudo, ou crianças e adolescentes (que não constam neste cruzamento) ou adultos em idade ativa, pelo que população idosa não é tão expressiva nesta tabela quanto na tabela anterior.

Quadro 4.26 População residente há menos de 10 anos, nascida em Portugal, maior de 23 anos, por nível de escolaridade e grupos de idade

(em percentagem)

Grupo de idade	Sem instrução e fundamental incompleto			Fundamental completo e médio incompleto			Médio completo e superior incompleto			Superior completo		
	RJ	SP	Total	RJ	SP	Total	RJ	SP	Total	RJ	SP	Total
23-29	0,0	35,1	18,1	0,0	16,2	13,7	74,9	0,0	30,1	25,1	48,7	38,1
30-39	0,0	3,5	6,8	3,9	7,7	9,1	25,6	24,1	40,7	70,5	64,7	43,4
40-49	11,7	1,9	7,6	0,0	8,9	5,8	47,9	30,5	37,0	40,4	58,7	49,6
50-59	0,0	15,0	10,1	0,0	12,2	17,9	72,5	38,8	47,1	27,5	34,0	24,9
60-69	0,0	6,3	19,3	0,0	15,4	8,3	61,4	46,6	37,3	38,6	31,7	35,2
70-79	0,0	66,3	49,3	0,0	17,5	14,9	0,0	0,0	6,8	100,0	16,2	29,0
>80	46,3	49,8	54,5	0,0	19,2	12,2	0,0	31,0	25,1	53,7	0,0	8,2
Total	3,1	15,3	13,4	1,7	11,8	10,6	43,2	24,7	37,6	52,0	48,2	38,3

Nota: RJ = Rio de Janeiro; SP = São Paulo.

Fonte: IBGE, Censo 2010.

O grupo que tem qualificações ao nível do ensino *fundamental completo e médio incompleto* apresenta uma distribuição neste cruzamento semelhante à do quadro anterior, tanto no que se refere ao total da população residente, como para os grupos etários entre os 23 e 49 anos.

O grupo com qualificações ao nível do *ensino médio completo ou superior incompleto* tem um peso considerável (38%) no universo dos portugueses chegados há menos de 10 anos ao Brasil, o mesmo se passando com o grupo que declara ter completado o ensino superior (também 38%).

O grupo etário mais jovem (23-29 anos) a residir no Rio de Janeiro apresenta níveis médios de escolaridade mais elevados do que o grupo a residir em São Paulo. A situação inverte-se no que respeita aos níveis superiores de ensino, cuja percentagem é mais elevada em São Paulo (RJ: 25% e SP 49%). Os indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e 59 anos apresentam níveis de escolaridade superiores à média nacional. No caso de indivíduos com 60 ou mais anos, a situação inverte-se progressivamente.

Em síntese, a população portuguesa no Brasil encontra-se envelhecida. É sobretudo composta por indivíduos que integraram as intensas vagas migratórias que ocorreram nas décadas de 50 e 60 do século XX. Verifica-se que a população idosa, com 60 ou mais anos, apresenta níveis de escolaridade muito baixos ou nulos. A análise mais fina dos dados relativos à escolaridade por grupos etários, permite ver que o inverso acontece no caso da população entre os 23 e 50 anos, a qual apresenta níveis de escolaridade bastante mais elevados. Para cada uma destas gerações, os valores nos grupos extremos, em termos de qualificações, são inversamente proporcionais.

Dos que concluíram o ensino superior (14,5%), 91% têm nível de licenciatura, 5,8% tem nível de mestrado e 3,2% doutoramento.

Quadro 4.27 População residente, nascida em Portugal, maior de 23 anos, com nível de ensino superior, por tipo de grau

Grau de ensino	N	%
Licenciatura	17.598	91,0
Mestrado	1.128	5,8
Doutorado	612	3,2
Total	19.338	100,0

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Quadro 4.28 População residente, nascida em Portugal, maior de 23 anos, com nível de ensino superior (licenciatura), por área de estudos

Área de estudos	N	%
Educação	2.136	12,1
Humanidades e artes	1.609	9,1
Ciências sociais, negócios e direito	8.327	47,3
Ciências, matemática e computação	866	4,9
Engenharia, produção e construção	2.613	14,8
Agricultura e veterinária	157	0,9
Saúde e bem estar social	1.607	9,1
Serviços	283	1,6
Total	17.598	100,0

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Quadro 4.29 População residente, nascida em Portugal, maior de 23 anos, com nível de ensino superior (doutoramento), por área de estudos

Área de estudos	N	%
Educação	45	7,3
Humanidades e artes	91	14,8
Ciências sociais, negócios e direito	179	29,2
Ciências, matemática e computação	141	23,0
Engenharia, produção e construção	40	6,6
Saúde e bem estar social	116	19,0
Total	612	100,0

Fonte: IBGE, Censo 2010.

No que respeita às áreas de estudo da população que apresenta formação superior, as *ciências sociais, negócios e direito* lideram, com 46,5%, seguidas pelas formações em *engenharia, produção e construção*, com 14,4% e, em terceiro lugar, pela educação com 12,2%.

Ao nível do doutoramento, a área de *ciências sociais, negócios e direito* lidera com 32,1%, seguida pela área das *ciências, matemática e computação*, com 22,1%.

*Situação perante o trabalho***Quadro 4.30** Condição de atividade na semana de referência (maiores de 15 anos)

Condição de atividade	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Economicamente ativas	32.332	47,6	14.762	22,3	47.094	35,1
Não economicamente ativas	35.563	52,4	51.537	77,7	87.100	64,9
Total	67.894	100,0	66.300	100,0	134.194	100,0

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Quadro 4.31 Condição de atividade na semana de referência (residentes há menos de dez anos, maiores de 15 anos)

Condição de atividade	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
Economicamente ativas	2.572	63,9	624	42,8	3.195	58,3
Não economicamente ativas	1.452	36,1	835	57,2	2.287	41,7
Total	4.024	100,0	1.459	100,0	5.482	100,0

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Os quadros anteriores permitem aferir a percentagem da população ativa entre os residentes mais recentes. Os naturais de português apresentam uma taxa de atividade de 35,1%. Quando se cruza esta variável com o sexo verifica-se que, entre os homens, a taxa de atividade é mais elevada (mais do dobro 47,6) do que a taxa de atividade das mulheres (22,3%). Entre os indivíduos que chegaram há menos de 10 anos a taxa de atividade é superior (58,3%). Embora mais discreta, continua a verificar-se uma diferença entre sexos neste grupo.

As figuras 4.8 e 4.9 mostram a distribuição da população ativa, segundo o sexo, por intervalos etários. As mulheres têm uma percentagem de atividade menor do que homens em ambos os universos. No caso da população total essa tendência reflete-se em todos os grupos etários, com exceção do mais jovem (15 aos 19 anos). No caso dos residentes há menos de 10 anos, a diferença entre sexos é mais acentuada para os grupos entre os 30-39 e 40-49 anos, especialmente quando comparada com o total de residentes. Curiosamente, e ainda neste grupo (residentes há menos de 10 anos), a taxa de atividade entre homens e mulheres é muito semelhante para os indivíduos com idades entre 60-69 anos, invertendo-se a tendência geral no escalão etário seguinte (70-79 anos).

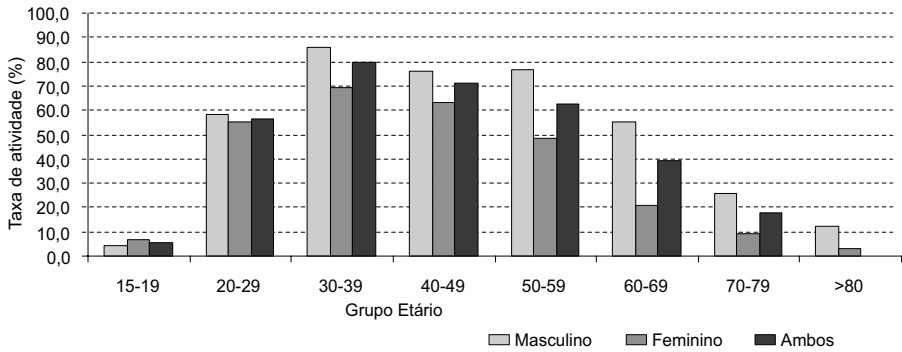


Figura 4.8 População residente em 2010, nascida em Portugal, segundo o sexo e a taxa de atividade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

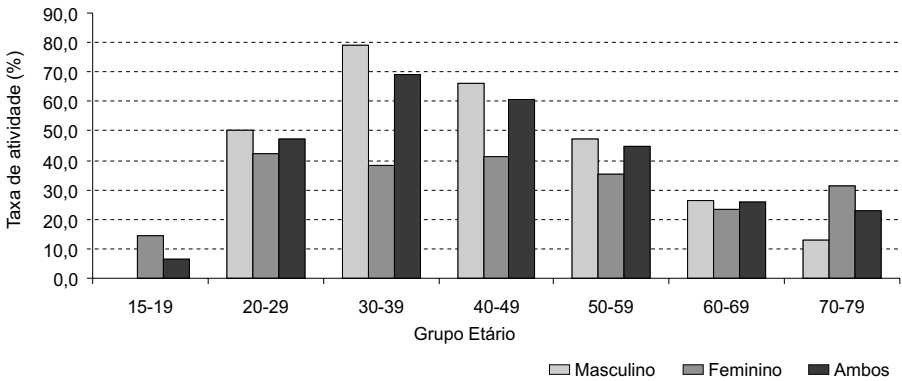


Figura 4.9 População residente em 2010, chegada há menos de 10 anos, nascida em Portugal, segundo o sexo e a taxa de atividade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Horas de trabalho

A variável original foi recodificada de modo a possibilitar uma melhor leitura dos dados. Considerando a população residente total nascida em Portugal, 30,4% declarou trabalhar exatamente 40h/semanais e 34,6% declarou trabalhar entre 41 e 60 horas. Destes últimos, 38,1% são homens e 26,1% são mulheres. A percentagem de pessoas que trabalha entre 1 e 20 horas é de 14,9%, sendo que 23% das mulheres e 11% dos homens que

Quadro 4.32 População residente (maiores de 15 anos), nascida em Portugal, ativa, segundo horas de trabalho, segundo o sexo

Horas	Todos						Depois de 2000					
	Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0-20	3.228	11,0	3.180	23,0	6.408	14,9	196	8,3	136	23,3	332	11,3
21-40	11.177	38,2	6.314	45,7	17.491	40,6	916	38,8	309	52,9	1.225	41,6
41-60	11.154	38,1	3.615	26,1	14.770	34,3	1.015	43,0	119	20,4	1.134	38,6
61-80	2.549	8,7	531	3,8	3.079	7,1	147	6,2	5	0,9	152	5,2
81-100	848	2,9	87	0,6	935	2,2	72	3,1	14	2,5	87	2,9
101	286	1,0	102	0,7	388	0,9	12	0,5	0	0,0	12	0,4

Fonte: IBGE, Censo 2010.

constituem o universo em estudo se encontram nesta categoria. De um modo geral, pode afirmar-se que os homens trabalham um maior número de horas do que as mulheres e que a percentagem de pessoas que declara trabalhar 40 ou mais horas por semana é bastante elevada.

No que respeita à situação perante o trabalho, 42% dos inquiridos declararam trabalhar por conta própria (categoria mais representativa). Do total de indivíduos que compõem o grupo, 75% é do masculino e 25% do sexo feminino, verificando-se que 53% desses indivíduos têm entre 45 e 64 anos e 38% mais de 65 anos. Destes, 40% chegaram ao Brasil na década de 50, 25% na década de 60% e 14% na década de 70. Quanto à atividade profissional do grupo em causa, 35% dos indivíduos dedica-se ao comércio e/ou reparação de veículos, 10% à indústria transformadora e 8,5% a atividades relacionadas com a restauração e o alojamento.

A categoria *empregados com carteira de trabalho assinada*, outro grupo bastante representado, é composta maioritariamente por homens (62%). Verifica-se que 59% desses indivíduos têm entre 45 e 64 anos, 21,5% entre 25 e 44 anos e 18,5% têm mais de 65 anos. Das pessoas que integram esta categoria, 33,5% chegaram ao Brasil na década de 50, 24% na década de 60, 18% na década de 70 e, 11,5% na última década. No que respeita à ocupação profissional do grupo em causa, 21% são *profissionais das ciências e intelectuais*, 15% *diretores e gerentes* e 13% dedicam-se ao comércio e serviços.

Relativamente aos residentes no Brasil há menos de 10 anos, 30% dos inquiridos declararam *trabalhar por conta própria*, 40% encontram-se *empregados com carteira de trabalho assinada*, 10% declarou-se *empregador*, 14% *empregado sem carteira de trabalho assinada* e 2% *funcionário público*.

Quadro 4.33 Situação perante o trabalho da população ativa residente (maiores de 15 anos), nascida em Portugal

Situação perante o trabalho	Rio de Janeiro				São Paulo				Total			
	Todos		Depois de 2000		Todos		Depois de 2000		Todos		Depois de 2000	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Empregado com carteira de trabalho assinada	4.323	27,3	171	41,3	4.680	23,6	440	62,2	10.579	24,8	1.167	40,0
Militar do exército, marinha, aeronáutica, polícia militar ou corpo de bombeiros	29	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	45	0,1	19	0,6
Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos	740	4,7	0	0,0	441	2,2	0	0,0	1.643	3,9	57	1,9
Empregado sem carteira de trabalho assinada	1.538	9,7	71	17,1	2.194	11,1	48	6,7	4.424	10,4	411	14,1
Conta própria	6.253	39,5	89	21,4	8.809	44,4	157	22,3	18.030	42,3	876	30,0
Empregador	2.556	16,2	34	8,3	3.322	16,8	42	6,0	7.099	16,6	298	10,2
Não remunerado	381	2,4	49	11,9	382	1,9	20	2,8	846	2,0	94	3,2
Total	15.819	100,0	414	100,0	19.827	100,0	706	100,0	42.666	100,0	2.922	100,0

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Distribuição por grupo de ocupação

No que respeita à ocupação profissional, 35% dos residentes nascidos em Portugal indicaram ter ocupação. Destes, 21,5% trabalham nas áreas dos serviços e comércio e 18,8% são especialistas das profissões intelectuais e científicas, e correspondem aos indivíduos com qualificações mais elevadas. Conforme visto anteriormente na secção das qualificações, ser naturalizado brasileiro não só permite um maior acesso aos capitais escolares, como uma melhor integração no mercado de trabalho. Note-se que a proporção de especialistas das profissões intelectuais e científicas é superior entre os naturalizados brasileiros (25,9%) face aos estrangeiros (16,8%). Da mesma forma, a proporção de Pessoal dos serviços e vendedores é inferior entre os naturalizados brasileiros (16,9%) face aos estrangeiros (22,8%). Relativamente ao total da população estrangeira, os naturais portugueses apresentam uma percentagem inferior de especialistas das profissões intelectuais e científicas. Pelo contrário, a proporção de portugueses nos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa e no Pessoal dos serviços e vendedores é superior ao conjunto da população estrangeira.

Em relação ao total da população portuguesa residente, os indivíduos que chegaram nos últimos 10 anos apresentam uma distribuição diferente no que respeita aos grupos profissionais: 22% são *diretores ou gerentes* (dos quais 10,8% naturalizados brasileiros e 25,5% estrangeiros), 19,6% desenvolvem *profissões intelectuais* (dos quais, 7,2% naturalizados brasileiros e 21,9% estrangeiros), 13,5% são *operários e artífices* com e 10,7% trabalha dos serviços e comércio. Estes dados permitem averiguar que os recém chegados têm-se posicionado melhor no mercado de trabalho comparativamente ao total da população. Curiosamente, a diferença entre os naturalizados brasileiros, que anteriormente mostravam alguma vantagem em relação aos estrangeiros, apresenta uma tendência inversa. Isto é, nas ocupações mais privilegiadas como os *quadros superiores* (24,5% e 10,8%) e *profissões intelectuais* (21,9% e 7,2%) a proporção de estrangeiros é superior ao de naturalizados, respetivamente. O inverso ocorre nas ocupações menos privilegiadas como *operários* (10,1% e 32,1%) e *trabalhadores não qualificados* (2,5% e 8,5%), onde a proporção de estrangeiros é inferior à de naturalizados. Este cenário poderá ilustrar um quadro de retorno, em que os homens portugueses casados com mulheres brasileiras tiveram acesso à naturalização, mas que, devido às suas qualificações mais baixas, se posicionam em ocupações menos privilegiadas do mercados de trabalho.

Relativamente ao total da população estrangeira recém chegada os naturais portugueses apresentam uma percentagem superior nos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa. Pelo contrário, apresentam uma proporção menor de trabalhadores

Quadro 4.34 População residente (maiores de 15 anos), nascida no exterior (Portugal e total), por nacionalidade, segundo grupos de ocupação

(em percentagem)

Ocupação	Nascidos em Portugal			Estrangeiros		
	Naturalizado brasileiro	Estrangeiro	Total	Naturalizado brasileiro	Estrangeiro	Total
Mal definida	10,3	13,1	12,4	10,4	10,6	10,6
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	16,1	16,6	16,5	11,8	12,8	12,5
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	25,9	16,8	18,8	26,2	22,4	23,4
Técnicos e profissionais de nível intermédio	6,8	8,2	7,9	6,3	7,6	7,2
Pessoal administrativo e similares	5,1	3,1	3,6	3,8	2,9	3,1
Pessoal dos serviços e vendedores	16,9	22,8	21,5	14,4	17,8	16,9
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	3,4	1,6	2,0	4,4	2,7	3,2
Operários, artífices e trabalhadores similares	6,1	7,1	6,8	7,1	7,0	7,1
Operadores da instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	5,1	5,7	5,6	6,6	9,5	8,7
Trabalhadores não qualificados	4,0	5,0	4,8	8,8	6,6	7,2
Forças Armadas	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: IBGE, Censo 2010.

não qualificados e de operadores da instalações e máquinas e trabalhadores da montagem.

Os residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo há menos de 10 anos apresentam algumas originalidades, face à população total de origem portuguesa, no que respeita às suas ocupações. Os operários e artífices, que na população total apresentam 6,4%, correspondem a 13,5% nos recém-chegados ao país. Este aumento não se faz contudo sentir nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo onde o valor continua baixo (6%). O sector do comércio e serviços (22% da população total) absorve apenas 10% da população recém-chegada. O número de quadros superiores entre os recém-chegados é superior face ao peso da mesma categoria entre a população total, respectivamente 22% e 16%. Nos

Quadro 4.35 População residente há menos de 10 anos nascida no exterior (maiores de 15 anos) (Portugal e total), por nacionalidade, segundo grupos de ocupação

(em percentagem)

Ocupação	Nascidos em Portugal			Estrangeiros		
	Naturalizado brasileiro	Estrangeiro	Total	Naturalizado brasileiro	Estrangeiro	Total
Mal definida	17,0	13,4	14,0	7,8	8,7	8,6
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	10,8	24,5	22,4	5,4	12,0	11,1
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	7,2	21,9	19,6	14,5	20,5	19,7
Técnicos e profissionais de nível intermédio	7,5	11,5	10,9	4,0	6,6	6,2
Pessoal administrativo e similares	9,5	0,7	2,1	4,1	2,5	2,8
Pessoal dos serviços e vendedores	3,7	12,0	10,5	13,2	15,0	14,8
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	2,5	1,0	1,2	7,0	1,9	2,7
Operários, artífices e trabalhadores similares	32,1	10,1	13,5	10,0	6,8	7,2
Operadores das instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	1,2	0,8	0,9	18,3	17,6	17,7
Trabalhadores não qualificados	8,5	3,5	4,3	15,5	8,2	9,2
Forças Armadas	0,0	0,7	0,6	0,3	0,2	0,2

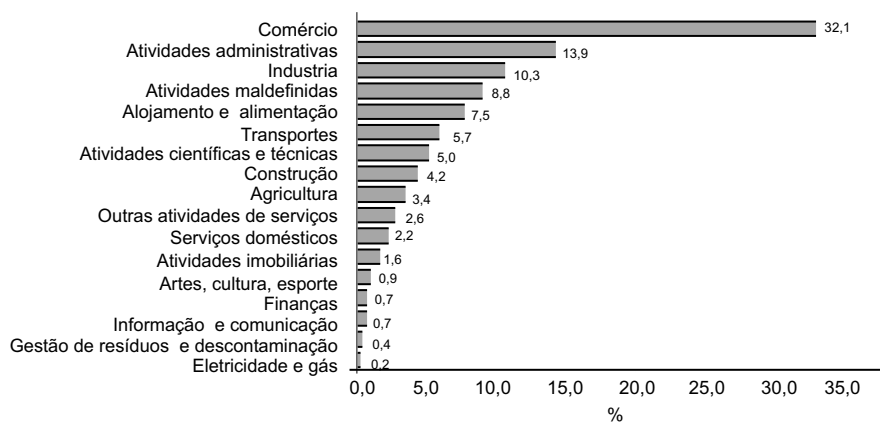
Fonte: IBGE, Censo 2010.

estados de referência o valor é especialmente significativo chegando aos 30%. As profissões intelectuais mantêm-se na ordem 19%, no total da população. No entanto, nos estados Rio de Janeiro e São Paulo este valor é 10% mais elevado.

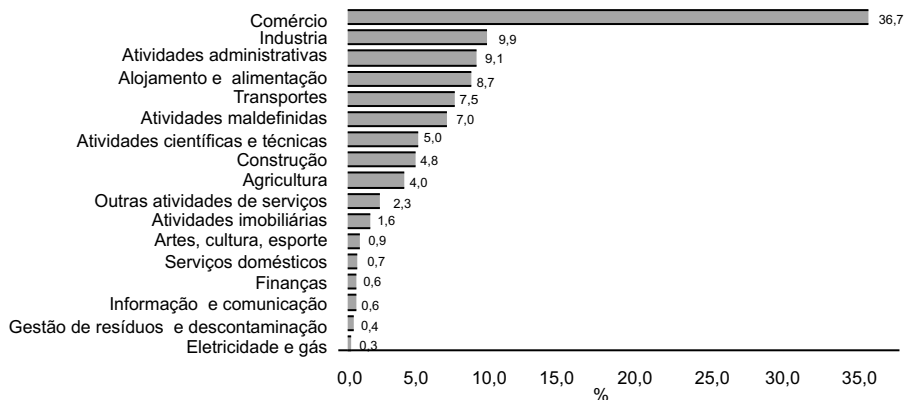
Quadro 4.36 População residente nascida em Portugal, por período de chegada e UF, segundo os grupos de ocupação

Ocupação	Rio de Janeiro			São Paulo			Total		
	>2000			>2000			>2000		
	Todos	N	%	Todos	N	%	Todos	N	%
Mal definida	1.899	54	12,0	2.562	80	12,8	5.315	413	12,3
Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	2.250	124	14,2	3.421	217	17,1	6.913	658	16,0
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	2.834	117	17,9	3.574	184	17,9	8.079	577	18,8
Técnicos e profissionais de nível intermédio	1.129	50	7,1	1.453	97	7,3	3.303	319	7,7
Pessoal administrativo e similares	666	7	4,2	617	0	3,1	1.583	61	3,7
Pessoal dos serviços e vendedores	4.014	10	25,3	4.591	55	23,0	9.575	308	22,2
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	170	0	1,1	282	0	1,4	899	36	2,1
Operários, artífices e trabalhadores similares	1.036	27	6,5	1.347	44	6,7	2.750	399	6,4
Operadores da instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	1.195	0	7,5	1.106	20	5,5	2.545	25	5,9
Trabalhadores não qualificados	650	24	4,1	1.006	9	5,0	2.064	126	4,8
Forças Armadas	29	0	0,2	0	0	0,0	45	19	0,1
Total	15.872	414	100,0	19.957	706	100,0	43.071	2.942	100,0

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Distribuição por ramos de atividade**Figura 4.10** População residente, nascida em Portugal, segundo o ramo de atividade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

**Figura 4.11** População masculina residente, nascida em Portugal, segundo o ramo de atividade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Estes quadros foram construídos com base nos dados referentes à totalidade da população. A divisão pelos estados de referência não é relevante, uma vez que os estados do RJ e SP tomados conjuntamente representam 83% da população e não diferem muito entre si no que respeita à varável em

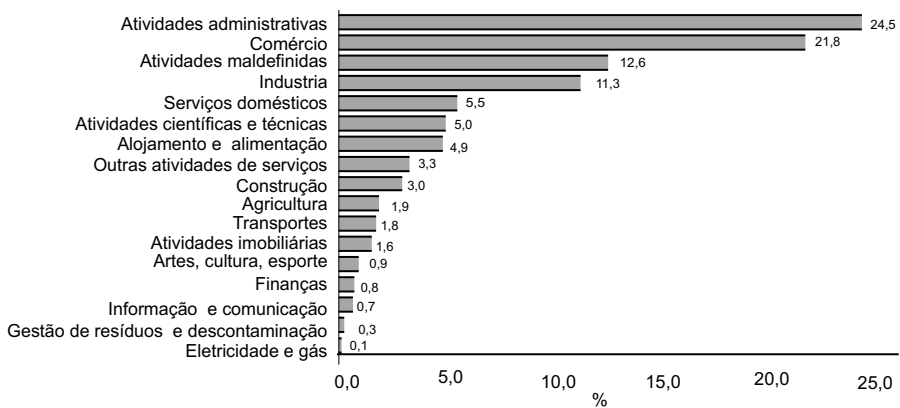


Figura 4.12 População feminina residente, nascida em Portugal, segundo sector de atividade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

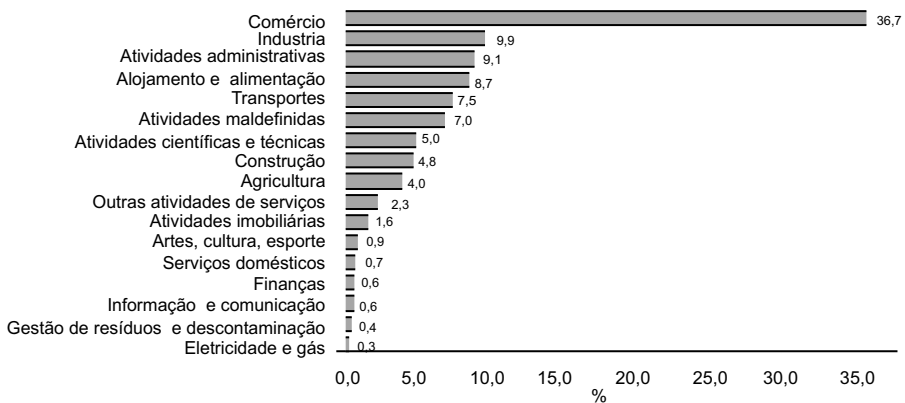


Figura 4.13 População residente há menos de 10 anos, nascida em Portugal, segundo o ramo de atividade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

análise. As atividades com maior peso na amostra são o ramo do *comércio* com 32%, as atividades *administrativas e serviços complementares* com 13,8%, a *indústria de transformação* com 10,3% e o *alojamento e restauração* com 7,5%. Quando se observa a distribuição da população por ramo de atividade tendo em conta o sexo, verifica-se uma maior disparidade nos sectores do *comércio*, onde a percentagem de homens é maior e no sector das atividades *administrativas e serviços complementares*, onde a percentagem de mulheres cresce.

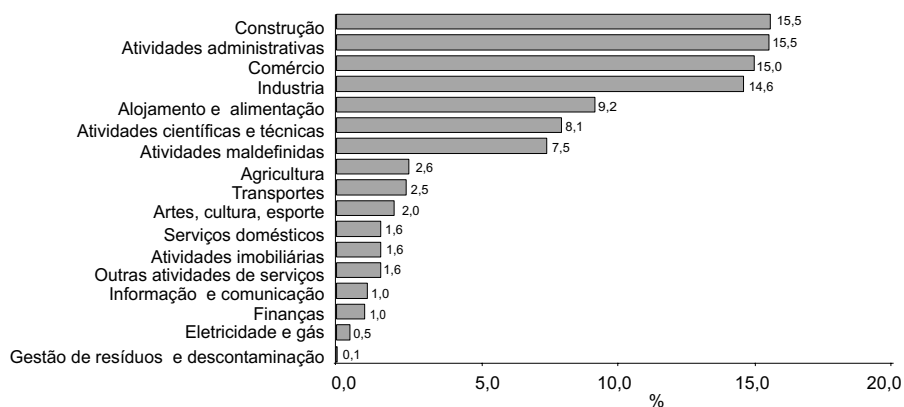


Figura 4.14 População masculina residente há menos de 10 anos, nascida em Portugal, segundo o ramo de atividade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

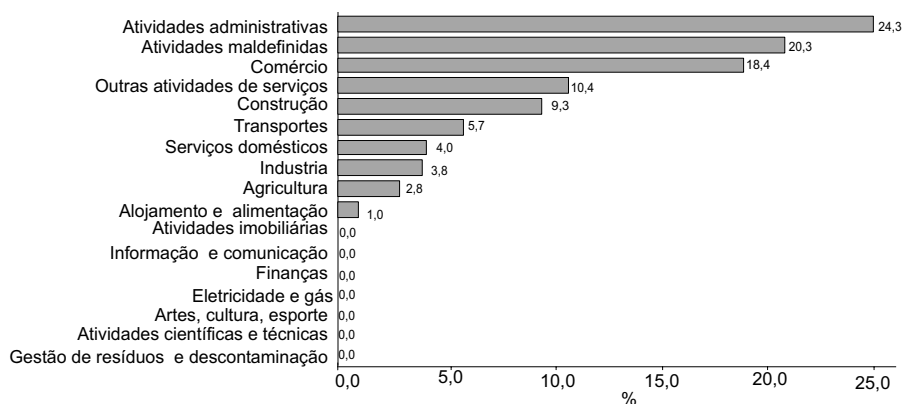


Figura 4.15 População feminina residente há menos de 10 anos, nascida em Portugal, segundo o ramo de atividade

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Em relação aos ramos de atividade económica verificam-se algumas alterações quando se compara o total da população portuguesa com os chegados há menos de 10 anos. Os sectores do comércio e o dos transportes, que correspondiam a 32% e 5,7%, respectivamente, correspondem a 15,6% e 3,1% na população recém-chegada. Por outro lado, o sector da construção, que ocupa cerca de 4% da população total, integra 15% dos que chegaram nos

últimos dez anos. Além disso, regista-se um ligeiro aumento da importância dos sectores relacionados com atividades financeiras, administrativas, científicas e técnicas entre o grupo dos recém-chegados.

Vistos de trabalho e de residência

Os pedidos de autorizações de visto de trabalho (permanentes e temporários) e, conseqüentemente, de residência junto do Ministério do Trabalho e do Emprego correspondem apenas a uma parcela das entradas de portugueses no Brasil.¹ No período compreendido entre 2008 e 2013, foram concedidas a cidadãos portugueses 8529 autorizações de residência. Depois de dois anos a crescer de modo mais regular (desde 2008), o fluxo de autorizações duplicou, de 2010 ($n=798$) para 2011 ($n=1564$), tendo aumentado mais de 40% em 2012 ($n=2247$) e continuado em expansão no ano seguinte. Simultaneamente, a proporção de portugueses no conjunto dos estrangeiros que obtiveram visto de trabalho (temporário e permanente) para o Brasil foi aumentando progressivamente, atingindo o máximo em 2013 com 4,6% do número total de autorizações concedidas.

As unidades de federais referência para o projeto, Rio de Janeiro e São Paulo, representam os contextos onde são concedidas grande parte das autorizações (64%, em média). Entre 2008 e 2010 os números de pedido de visto variaram entre 679 e 798, dos quais cerca de 21% para o Rio de Janeiro e 65% para São Paulo. Nos anos seguintes, assistiu-se a um aumento exponencial do número de pedidos de visto, chegando ao valor de 2913 em 2013. Apesar deste aumento, a proporção de pedidos manteve-se semelhante para os dois estados.

O aumento do número de pedidos de visto de trabalho é relevante sobretudo para os vistos de carácter temporário. As autorizações permanentes são residuais. Contudo, é de referir que os portugueses representam, em média, 20% do total das autorizações permanentes concedidas a estrangeiros.

Em conjunto, o Rio de Janeiro e São Paulo acomodam mais de metade de autorizações concedidas a portugueses, registando o valor máximo de 74%, em 2011. A partir de 2012, regista-se uma diminuição progressiva da concentração de autorizações nestes dois estados.

Os dados constantes nesta figura permitem aferir que, no período analisado, a migração é essencialmente masculina (84%-87%). Contudo, parte desses homens poderão ter viajado com as suas cônjuges, as quais não estarão abrangidas nas estatísticas dado encontrarem-se sob regime

1 Os cidadãos portugueses não necessitam de visto para entrar no Brasil. Ou seja, enquanto turistas podem permanecer no país 90 dias que pode ser renovado por igual período, totalizando 180 dias anuais. Além disso, situações de reagrupamento familiar, entradas de estudantes e de turistas que podem ser transformadas em outros estatutos migratórios já em território brasileiro, não são contabilizadas neste conjunto de dados.

Quadro 4.37 Autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros

País	1993-97	1998-2004	2005-2008	2009-2012
Portugal	707	2.025	2.783	5.183
Total	18.900	109.824	123.079	234.682
% dos portugueses	3,7	1,8	1,9	2,2

Nota: para os anos de 2009, 2010, 2011, e 2012 aparecem valores diferentes segundo a data de atualização da publicação do MTE.

Fonte: Perfil Migratório do Brasil 2009 (para os anos de 1993 até 2008); MNE: Base estatística Geral.

Quadro 4.38 Autorizações concedidas por país de origem

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portugal	595	477	550	679	708	798	1.564	2.247	2.913
Total	24.158	25.440	29.88	43.993	42.914	56.006	70.524	73.022	62.837
% dos portugueses	2,5	1,9	1,9	1,5	1,6	1,4	2,2	3,1	4,6

Fonte: Base Estatística Geral CGIG, atualizada até 30/09/13.

de reagrupamento familiar. O peso das mulheres em São Paulo é superior ao valor nacional e ao do Rio de Janeiro, que, contudo, a partir de 2011 regista um incremento na percentagem de migrantes do sexo feminino, aproximando-se e depois ultrapassando a proporção observada no conjunto do Brasil.

A distribuição etária destes migrantes mostra que se trata essencialmente de população em idade ativa. Os homens apresentam um perfil etário mais envelhecido do que as mulheres:

- H: 80-85% entre os 30-59; 12-16% entre os 15 e 29 anos.
- M: 63-78% entre os 30-59; 24-35% entre os 15 e 29 anos.

A distribuição pelas unidades de federação (UF) permite perceber quais as regiões mais procuradas, quer pelos mais jovens quer pelos mais velhos. A partir de 2010/2011, a proporção de jovens aumenta ligeiramente. Os indivíduos entre os 15 e os 29 encontram-se em maior proporção no estado de São Paulo (19%), Rio de Janeiro (16%), Rio Grande do Sul (16%) e Santa Catarina (15%). Já o grupo dos indivíduos com mais de 60 anos, encontra-se no Maranhão (13%), em Paraíba (8%) e em Santa Catarina e Bahia (7%).

O fluxo de recém chegados ao Brasil apresenta uma proporção significativa de pessoas com ensino superior (mais de 50% em todos os anos

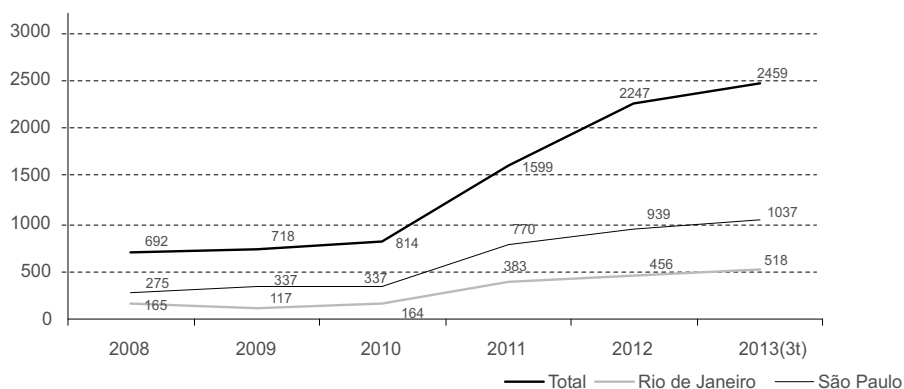


Figura 4.16 Autorizações concedidas a portugueses por unidade federativa São Paulo e Rio de Janeiro, 2008-2013

Nota: 2013 são três trimestres.

Fonte: MTE.

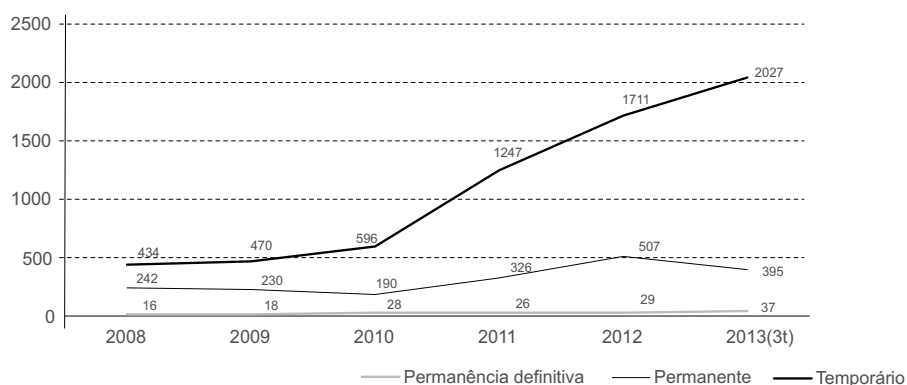


Figura 4.17 Tipo de autorizações concedidas a portugueses, 2008-2013

Nota: 2013 são três trimestres.

Fonte: IBGE, Censo 2010.

analisados), tendo atingido o valor máximo em 2011 (ano do pico migratório), com 71%. Nos dois últimos anos do período de análise, regista-se um declínio da percentagem de indivíduos com formação superior, em detrimento do aumento de pessoas com o nível de ensino secundário e/ou técnico. É importante também notar que, em todos os anos, a proporção de pessoas com o nível de escolaridade básico é residual (sempre menos de 4%).

Quadro 4.39 Percentagem de autorizações concedidas a portugueses, por unidade federativa São Paulo e Rio de Janeiro, 2008-2013

	% Autorizações temporárias + permanentes por UF					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Rio de Janeiro	24,0	16,0	20,0	24,0	20,0	21,0
São Paulo	40,0	47,0	41,0	48,0	42,0	42,0
Rio de Janeiro + São Paulo	64,0	63,0	62,0	72,0	62,0	63,0

Fonte: MTE.

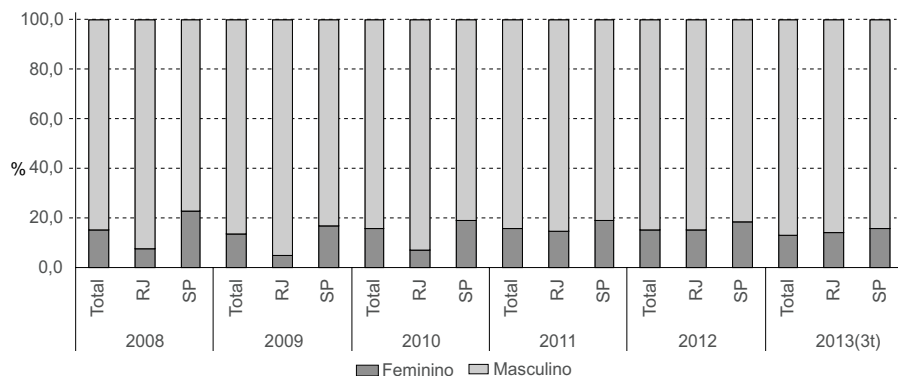


Figura 4.18 Percentagem de autorizações concedidas a portugueses, por unidade federativa São Paulo e Rio de Janeiro, 2008-2013

Nota: 2013 são três trimestres. RJ = Rio de Janeiro SP = São Paulo.

Fonte: MTE.

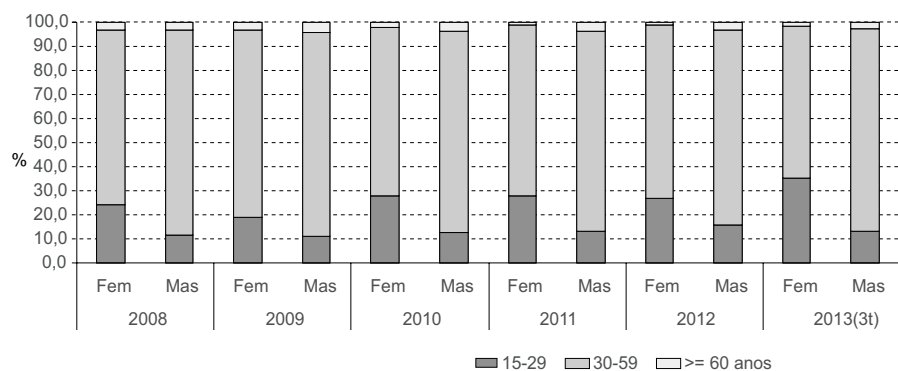


Figura 4.19 Percentagem de autorizações concedidas a portugueses, segundo grandes grupos etários, 2008-2013(3t)

Nota: 2013 são três trimestres.

Fonte: MTE.

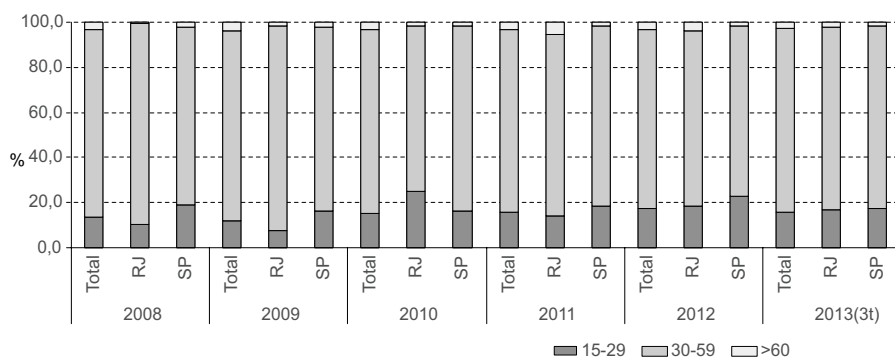


Figura 4.20 Percentagem de autorizações concedidas a portugueses, segundo grandes grupos etários, por unidade federativa São Paulo e Rio de Janeiro, 2008-2013

Nota: 2013 são três trimestres. RJ = Rio de Janeiro SP = São Paulo.

Fonte: MTE.

Quadro 4.40 Percentagem de autorizações concedidas a portugueses, segundo grandes grupos etários, por unidade federativa São Paulo e Rio de Janeiro, 2008-2013

Unidade federativa	< 14 anos	15-29	30-59	>= 60 anos	N.A.	Total
São Paulo	0,0	18,9	79,3	1,6	0,2	100,0
Rio de Janeiro	0,0	16,1	80,4	2,9	0,6	100,0
Ceará	0,0	8,2	85,9	5,7	0,2	100,0
Pernambuco	0,0	12,0	82,8	4,7	0,5	100,0
Minas Gerais	0,0	12,4	83,9	3,3	0,3	100,0
Bahia	0,0	12,5	80,5	7,0	0,0	100,0
Rio Grande do Norte	0,0	10,1	83,6	6,3	0,0	100,0
Paraná	0,0	11,6	84,1	3,9	0,5	100,0
Rio Grande do Sul	0,0	16,2	79,4	2,9	1,5	100,0
Santa Catarina	0,0	14,9	76,9	6,7	1,5	100,0
Distrito Federal	0,8	20,8	75,8	1,7	0,8	100,0
Espírito Santo	0,0	6,9	92,1	1,0	0,0	100,0
Maranhão	0,0	11,5	73,1	13,5	1,9	100,0
Paraíba	0,0	5,8	80,8	7,7	5,8	100,0
Goiás	0,0	11,4	84,1	0,0	4,5	100,0
Amazonas	0,0	7,0	93,0	0,0	0,0	100,0
Pará	0,0	10,7	85,7	3,6	0,0	100,0
Alagoas	0,0	4,2	91,7	4,2	0,0	100,0
Mato Grosso	0,0	9,5	85,7	4,8	0,0	100,0
Mato Grosso do Sul	0,0	21,4	78,6	0,0	0,0	100,0
Sergipe	0,0	7,7	84,6	7,7	0,0	100,0
Tocantins	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Rondônia	0,0	0,0	75,0	25,0	0,0	100,0
Amapá	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	100,0
Piauí	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	100,0
Roraima	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Não especificado	0,0	11,5	66,5	5,0	3,0	100,0
Total	0,0	3,1	80,8	3,1	0,5	100,0

Fonte: MTE.

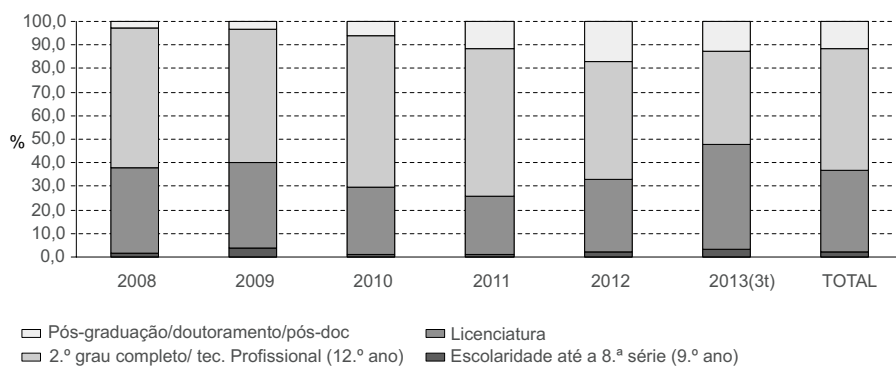


Figura 4.21 Percentagem de autorizações concedidas a portugueses 2008-2013

Nota: 2013 são três trimestres.

Fonte: MTE.

Conclusões

A emigração portuguesa recente para o Brasil é um fenómeno relativamente discreto, quando comparado, quer com outros movimentos migratórios portugueses, quer com movimentos em direção ao mesmo território ocorridos em períodos anteriores.

O Brasil conheceu entre 2000 e 2010 um aumento significativo do número de entradas de pessoas vindas de Portugal, para o qual os movimentos de retorno de migrantes de origem brasileira contribuíram significativamente. Embora o número de cidadãos portugueses a residir em São Paulo e no Rio de Janeiro tenha aumentado significativamente a partir de 2010, a sua percentagem é muito discreta no universo composto por todos os indivíduos com naturalidade portuguesa. A maioria destes migrantes integra um agregado doméstico de modelo nuclear, sendo a percentagem de indivíduos a residir isoladamente relativamente discreta. Sensivelmente metade dos agregados domésticos integram crianças. Em linha com a tendência geral apresentada pela população portuguesa residente no território nacional, a maioria destes agregados tem apenas uma criança.

Os migrantes portugueses em idade ativa que chegaram ao Brasil recentemente apresentam, em média, qualificações muito superiores às apresentadas pelos contingentes migratórios do século XX. O número de indivíduos de ambos os sexos com formação superior completa e incompleta é considerável e próximo dos valores do contexto geral português. Este quadro influencia os posicionamentos do grupo no mercado de trabalho, quer ao nível da profissão exercida, quer ao nível do sector de atividade em que esta decorre. No que respeita a este último, sobressai o aumento

relativo de importância do sector da construção e a perda de significância das atividades ligadas ao comércio. O número de portugueses que desenvolvem atividades enquanto quadros superiores e dirigentes nos sectores público e privado é significativo e mais uma vez em contraste com os contingentes migratórios anteriores. É relevante referir, por fim, que a taxa de ocupação varia significativamente segundo o género. Apesar de apresentarem qualificações relativamente elevadas, o número de mulheres que não se encontra a exercer profissão é significativo.

Referências bibliográficas

- Capinha, Graça (1997), “Ficções credíveis no campo da(s) identidade(s): a poesia dos emigrantes portugueses no Brasil”, Lisboa, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, pp.103-146.
- Cypriano, Paula L. (2010), *Imigração, Negócio e Poder. O Comerciante Português Como Agente Dinâmico das Relações Intersociais Brasil-Portugal (1850/1875)*, dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro.
- Feldman-Bianco, Bela (1992), “Saudade, imigração e a construção de uma (nação) portuguesa desterritorializada”, Campinas, *Revista Brasileira de Estudos da População*, 9 (1), pp. 35-49.
- Feldman-Bianco, Bela (1996), “(Re)construindo a saudade portuguesa em vídeo: histórias orais, artefactos visuais e a tradução de códigos culturais na pesquisa etnográfica”, Lisboa, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 45, pp. 113-126.
- Feldman-Bianco, Bela (2000), “Immigration, cultural constestations and the reconfiguration of identities”, *Journal of Latin American Anthropology*, 4 (2), pp. 126-141.
- Júnior, Antonio Otaviano Vieira, e Daniel Souza Barroso (2010), “Histórias de ‘movimentos’: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina”, *Revista Brasileira de Estudos de População*, 27 (1), pp. 193-2010.
- Lang, Alice B.S.G. (1999) *Imigrantes Portugueses Em São Paulo. Reconstruindo Identities*, trabalho apresentado na XXIII Reunião Anual da ANPOCS, GT-9, Migração Internacional, Caxambu (MG), 19 a 23 de outubro de 1999.
- Lang, Alice B.S.G., e Mara Christina Siqueira de Souza Campos (2013), “Comunidades portuguesa em São Paulo”, *Cadernos Ceru*, 23 (2), pp. 103-126.
- Maia, Maria M.A. (2007), *Territorialidades e Reterritorialidades Da Memória. Imigrantes Portugueses Em Movimento*, ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História.
- Martins, Ismênia, e Fernando Sousa (orgs.) (2006), *Portugueses no Brasil. Migrantes Em Dois Atos*, Rio de Janeiro, Muiraquitã, Seminário.
- Mendes, José Sacchetta Ramos (2011), *Laços de Sangue Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa*, São Paulo, EDUSP.
- Oliveira, Carla Mary da Silva (2003), *Saudades Dálem Mar. Um Estudo Sobre a Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro Através da Revista Lusitânia (1929-1934)*,

- tese de doutoramento em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba.
- Oliveira, Carla Mary da Silva (2008), "A (re)construção da identidade portuguesa na imprensa imigrantista do Rio de Janeiro: a História de Portugal na revista 'Lusitania' (1929-1934)", *Cultura Escolar Migrações e Cidadania. Actas do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, Universidade do Porto.
- Pasckes, Maria Luisa Nabinger de Almeida (1991), "Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil: sécs. XIX e XX, Lisboa, *Revista História*, 123-124, pp. 81-93.
- Pedroza, Manoela (2010), "Estratégias de reprodução social de famílias senhoriais cariocas e minhotas 1750-1850, Lisboa, *Análise Social*, vol. XLV 194, pp. 141-163.
- Ribeiro, Gladys Sabina (2012), "O trânsito de bens entre Brasil e Portugal através da análise dos processos de homologação de sentenças estrangeiras que envolvem imigrantes portugueses", *Confluências*, 13, (1), Niterói, PPGSD-UFF, pp. 1-22.
- Santos, Gustavo Adolfo Pedrosa Daltro (1998), "A festa do Divino Espírito Santo entre os açorianos de São Paulo", *Travessia. Revista do Migrante*, 31, pp. 26-30.
- Scott, Ana Silvia Volpi (2002), "Alternativas regionais e locais à emigração para o Brasil no final do século XIX: o exemplo do Conselho de Guimarães", São Paulo, *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19 (1), pp 95-111.
- Silva, Douglas Mansur da (2000), *O Exílio Anti-Salazarista no Brasil e a Memória da Resistência: Antigos e Novos Laços e Disputas Políticas*, trabalho apresentado no XXIV Encontro Anual da ANPOCS, GT-9. Migrações Internacionais, Petrópolis, Rio de Janeiro, 23 a 27 de outubro de 2000.
- Silva, Douglas Mansur da (2012), "Portuguese writers and scientists exiled in Brazil: exclusion, cosmopolitanism and particularism 1945-1974", *Vibrant*, 10 (2), pp. 275-304.
- Sousa, Fernando, Ismênia Martins, e Izilda Matos (2009), *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*, Porto, Afrontamento.
- Sousa, Roberto R. (2006), *É uma Casa Portuguesa com Certeza!*, tese de mestrado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Souza, Flávia M. (2003), *Tradição, Civilização e Cultura. A Reconstrução da Imagem do Imigrante Português no Brasil Através de Um Estudo da Revista Convergência Lusíada, 1976-1998*, dissertação de mestrado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

